

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

KALINA AGUSTINHO RENNO DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E NA COREIA DO SUL: A INFLUÊNCIA
NORTE-AMERICANA EM CADA CASO**

Florianópolis

2017

KALINA AGUSTINHO RENNO DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E NA COREIA DO SUL: A INFLUÊNCIA
NORTE-AMERICANA EM CADA CASO**

Monografia submetida ao curso de
Relações Internacionais, da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito
obrigatório da obtenção do grau de
Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

FLORIANÓPOLIS, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 (sete) à aluna Kalina Agostinho Renno da Silva na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 28 de junho de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Jaylson Jair da Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Solange Regina Marin
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo exemplo de amor.

Aos meus pais, Miguel e Salete, pelo exemplo de integridade, sábios conselhos e apoio ao longo de toda minha vida.

Ao meu namorado, Guilherme, meu melhor amigo.

Aos colegas e aos amigos queridos, de longo ou curto tempo. Aos que permaneceram ou aos que apenas cruzaram o caminho. Em especial à Mari, Bárbara, Thayse, Luiza, Isabelle, Tayse, Victor, Jéssica, Camila, Tati, Zé, Vitor e Natasha.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Curso de Relações Internacionais, pela impagável experiência que me proporcionaram de autoconhecimento, aceitação e respeito no convívio com o diferente.

A todo o corpo docente do Centro Sócio-Econômico dos cursos de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, em especial ao meu orientador, Helton, pelo conhecimento, paciência e instrução.

“Mas há a vida que é para ser intensamente vivida, há o amor. Há o amor. Que tem que ser vivido até a última gota. Sem nenhum medo. Não mata.”

(Clarice Lispector)

RESUMO

O desenvolvimento socioeconômico se apresenta como um novo desafio aos países periféricos no início do século passado. Brasil e Coreia traçam trajetórias distintas ao longo do período que se estende a partir da segunda metade do Século XX até o início do Século XXI. Os resultados das duas empreitadas, por conseguinte, também foram distintos. Cabe entender de que modo as decisões internas e os constrangimentos externos aconteceram para que se cumprisse o objetivo do desenvolvimento em cada país. Destacam-se as oportunidades e desafios em cada caso a fim de realizar uma análise comparativa dos dois casos, tomando como base o contexto internacional, em especial a relação do EUA com cada um dos dois países. Para tanto, o estudo foi dividido em dois períodos: entre 1950 e 1980 e de 1980 ao início do séc. XXI, ou entre o Primeiro e Segundo Impérios Norte-Americanos.

Palavras-chave: desenvolvimento socioeconômico; desenvolvimento sul-coreano, desenvolvimento brasileiro.

ABSTRACT

Socioeconomic development emerges as a new challenge for peripheral countries at the beginning of the last century. Brazil and Korea follow different paths through the period that extends from the second half of the 20th Century to the beginning of the 21st Century. The results of the two endeavors, therefore, were also different. It is necessary to understand how internal decisions and external constraints concerned to the objective of development in each country were faced. The opportunities and challenges in each case are highlighted in order to carry out a comparative analysis of both cases, based on the international context, especially the involvement of the USA in each one. Therefore, the study was divided into two periods: from 1950 to 1980 and from 1980 to the beginning of the 21st century, or between the First and Second North American Empires.

Keywords: desenvolvimento socioeconômico; desenvolvimento sul-coreano, desenvolvimento brasileiro.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Crescimento Anual do PIB Sul Coreano (1960 - 1980)	30
Gráfico 2 PIB Sul-Coreano proveniente de manufaturas e agricultura	32
Gráfico 3 PIB Sul-Coreano entre 1960 e 1979	33
Gráfico 4 Importações e Exportações da Coreia do Sul	33
Gráfico 5 PIB brasileiro entre 1960 e 1979	39
Gráfico 6 Crescimento do PIB sul-coreano na década de 1980	45
Gráfico 7 O Crescimento do PIB sul-coreano entre 1990 e 2002	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO	16
2.1 A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E OS NOVOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO	16
2.2 A ATUAÇÃO NORTE-AMERICANA	20
2.3 A QUESTÃO TECNOLÓGICA	22
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
3 BRASIL E COREIA DO SUL NA ERA DOURADA DO IMPÉRIO - PRIMEIRO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO	25
3.1 A POLÍTICA NORTE AMERICANA PARA BRASIL E COREIA DO SUL APÓS A SEGUNDA GUERRA	26
3.2 A COREIA DO SUL ENTRE 1950 E 1980	27
3.3 O BRASIL ENTRE 1950 E 1980	33
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
4 BRASIL E COREIA DO SUL NO SEGUNDO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO	41
4.1 O SEGUNDO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO	42
4.2 A COREIA DO SUL A PARTIR DE 1980	44
4.3 O BRASIL A PARTIR DE 1980	48
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
5 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1 INTRODUÇÃO

Apesar de distantes geograficamente, Coréia do Sul e Brasil se aproximam por pertencerem ao grupo de países de industrialização tardia e por sua curiosa distinção de resultados a partir de certa data em seus empreendimentos desenvolvimentistas. Até 1960 o PIB dos dois países cresceu, em média, 6,5% ao ano. No entanto, a partir da década de 80 do último século, enquanto o Brasil amargava a década perdida, a Coréia do Sul crescia estonteantes 6% ao ano.

No Século XX a humanidade conheceu um progresso sem precedentes em todas as áreas, com melhorias significativas de bem-estar. Eletricidade, petróleo, automóvel e medicamentos mudaram o sistema produtivo e a vida das pessoas. O consumo das famílias passou a ser um importante componente econômico e, para que se ampliasse esse consumo, se fazia necessário progresso dessas famílias. Assim entrou em ascensão o tema do desenvolvimento econômico, que é, em linhas gerais, crescimento econômico associado a bem-estar social.

O progresso não ocorre, no entanto, de maneira homogênea dentro da sociedade de determinado país. Os cidadãos que tiveram acesso a melhores oportunidades, em geral, foram os mais bem-sucedidos em atingir altos níveis de bem-estar. Da mesma maneira, essa desigualdade se manifesta no Sistema Internacional, tendo os países oportunidades diferentes e experiências diferentes em relação ao desenvolvimento. Há ainda aqueles países que sequer experienciaram este processo ou aqueles que fracassaram ao tentá-lo. Arrighi (1998) caracteriza o sistema econômico internacional como uma célula, em que há um núcleo orgânico e uma estrutura periférica, intermediados por uma semiperiferia a qual carrega em si características dos dois extremos, em geral se assemelhando estruturalmente àquele mais externo, mas com algum nível de industrialização e produção tecnológica.

Existem dois grupos de países, são eles: os países centrais, que tiveram seu crescimento e desenvolvimento interrompido pelas duas Guerras Mundiais, mas que o retomaram em seguida com o apoio do norte-americano Plano Marshall; e aqueles chamados de industrialização tardia ou recente, que tiveram seu processo de industrialização e desenvolvimento iniciado no último século (AMSDem, 2001).

Dentre esses países que se lançaram tardiamente ao processo de desenvolvimento, destacam-se, aqui, a Coreia do Sul e o Brasil, dois países que, em meados da década de 1950, apresentavam indicadores econômicos muito semelhantes e hoje se veem em posições distantes na superação do subdesenvolvimento. O primeiro destaca-se por haver sido, reconhecidamente, bem-sucedido em seu processo de romper com o subdesenvolvimento. Já o caso brasileiro, que atravessou diversos planos de desenvolvimento e crises, ainda enfrenta dificuldades em consolidar seu crescimento e garantia de bem-estar social. (MASIERO, 2002)

Quadro 01: Desempenho econômico – Brasil e Coreia do Sul – Retrospecto histórico.

Brasil		Coreia do Sul	
Período	Taxa média	Período	Taxa média
anual de crescimento do PIB		anual de crescimento do PIB	
1950-1962 (inclui o período JK)	6,9%	1950-62 (período S. Rhee)	4,9%
1963-1967 (crise política e reformas sob o governo do Gen. Castelo Branco)	3,2%	1963-1971 (1ª arrancada sob o governo do Gen. Park)	8,8%
1968-1974 (“milagre econômico sob o auge do regime militar)	11,0%	1972-1975 (1ª fase da industrialização pesada)	8,9%
1975-1980 (II PND, conclusão da base pesada da indústria)	6,6%	1976-1979 (2ª fase e conclusão da base pesada, fim da “era Park”)	10,6%
Taxa média anual do período 1950-1980	6,5%	Taxa média anual do período 1950-1979	6,5%
1981-1983 (recessão provocada pelo “choque da crise da dívida”)	-1,1%	1980-1982 (recessão/estagnação pós Park e crise da dívida)	1,1%
1984-1989 (crescimento irregular com inflação alta, <i>stop n’go</i> , pré e pós plano Cruzado)	4,5%	1983-1987 (<i>drive</i> exportador, integração econômica com Japão e upgrade industrial)	10,2%
1990-1993 (recessão decorrente dos planos fracassados, Color I e II, com início de abertura)	-1,3%	1988-1993 (transição para economia baseada nos complexos eletrônicos e automobilístico)	7,8%
1994-1998 (estabilização com plano Real, juros altos e câmbio valorizado)	3,6%	1994-1997 (expansão com abertura financeira e internacionalização dos <i>chaebols</i>)	7,5%
1999-2000 (crise cambial e recuperação precária)	1,3%	1998-2000 (crise cambial e recuperação promissora)	2,0%
Taxa média anual do período 1981-2000	1,6	Taxa média anual do período 1980-2000	5,4%

Fonte: Várias fontes, Banco Mundial e FMI, projeções para 1999 e 2000 baseadas no “Consensus Forecast”.

Fonte: (MASIERO, 2000, p.201)

Os novos países industrializados emergem na segunda metade do século XX. Concomitantemente ao fenômeno, surgem estudos de múltiplas naturezas e orientações teóricas para tanto explicar o atraso no desenvolvimento de alguns países, quanto sugerir como superá-los a partir de modelos previamente observados. (SOUZA, 2011)

Os países semiperiféricos lançam-se rumo ao objetivo de superar o subdesenvolvimento, tomando, para tanto, cada país uma estratégia em seu contexto. Brasil e Coreia têm seus processos de desenvolvimento marcados pela intervenção estatal (MASIERO, 2002).

Conforme observado no Quadro 1, as estratégias adotadas por Brasil e Coreia entre as décadas de 1950 e 1980 levaram a mesma taxa média de crescimento do PIB para o período: 6,5%a.a.. No entanto, se considerados os trinta anos que se seguiram, as taxas médias de crescimento do PIB apresentaram uma disparidade notória: enquanto o PIB do Brasil cresceu em média 1,6% a.a., o PIB sul-coreano, mesmo tendo enfrentado a crise asiática, atingiu um crescimento anual médio de 5,4% (Banco Mundial).

O que levou Coreia e Brasil a apresentarem resultados tão distintos? Os motivos que levaram os dois países a crescer a taxas tão distintas a partir da década de 1980 podem ser encontrados em suas opções políticas e também através da exploração dos aspectos sistêmicos.

Objetiva-se, portanto, a partir de uma pesquisa exploratória, compreender quais foram os fatores que levaram às diferenças de indicadores, levantando condicionantes externas e internas, representadas pelas instituições. Busca-se, também, analisar de que maneira esses fatores influenciaram os processos individuais e comparar os processos de desenvolvimento vivenciados pelos dois países ao longo dos últimos 70 anos.

Tendo os países partido de bases econômicas muito semelhantes, predominantemente agrárias, com a maior parte da população vivendo no campo, sem acesso a educação e indústrias leves (MASIERO, 2002), cabe saber quais os fatores que diferenciam os resultados no longo prazo. O que aconteceu em termos conjunturais e institucionais ao longo dos últimos 60 anos em cada país foi determinante para que eles ocupem, atualmente, posições muito distintas em relação à superação do subdesenvolvimento.

Uma das respostas-chave para este questionamento está no investimento tecnológico e fomento da educação científica, que são, segundo Amsdem (2001), imprescindíveis para o aumento da produtividade e da capacidade competitiva para os países. Deste modo, o processo de crescimento sul-coreano pautado nos altos índices de geração tecnológica coincide com o período em que começam a se distanciar

os índices de crescimento do PIB entre os dois países aqui estudados (MASIERO, 2002). Para além disso, entender a influência da potência capitalista no mundo bipolar é imprescindível para esta análise.

Faz-se relevante compreender de fato a estrutura e o contexto que permitiram à Coreia do Sul atingir o patamar em que se encontra, ao mesmo tempo que identificar semelhanças e diferenças com as estratégias brasileiras.

O Estado sul-coreano toma as rédeas visando o desenvolvimento após a segunda metade do séc. XX. Com um início de século conturbado, a Coreia, ainda unificada, foi constrangida primeiro pela ocupação japonesa, seguida pela norte-americana e Guerra da Coreia, que dividiu o país ao meio. A porção norte-coreana do território herdou as indústrias pesadas e recursos naturais, enquanto à porção sul do território original couberam os recursos agrícolas, mão-de-obra e alguma indústria de bens de consumo. Após a turbulenta década de 1950, a Coreia do Sul dá início, com Chung-Hee Park, aos planos quinquenais de desenvolvimento econômico. Esses planos tinham como característica a intervenção estatal reguladora. A estratégia se manteve muito semelhante até aproximadamente 1980, quando há uma redução na intervenção estatal e as políticas se voltam para estabilidade econômica, aí têm início os investimentos externos diretos. (MASIERO, 2001).

O desenvolvimento sul-coreano sofre um duro golpe com a Crise Asiática, na segunda metade da década de 1990, a qual pode ser comparada, salvas devidas proporções, à Grande Depressão dos anos 30. A retomada do crescimento só foi possível devido às particularidades institucionais do Estado Asiático, as quais serão abordadas no decorrer do presente estudo. Retomados os investimentos em tecnologia de ponta, as empresas sul-coreanas encontram neste terreno, cenário ideal para aumentarem seu potencial inovador (GUIMARÃES, 2010).

O Brasil dá início à industrialização por volta dos anos 1930, na crise do sistema agrícola, com a era Vargas (PRADO JÚNIOR, 2011). No entanto, a preocupação com o desenvolvimento com fins de romper com a dependência, próximo do que conhecemos hoje, tem início com a criação da CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, e seus estudos sobre a deterioração dos termos de troca ao longo do tempo entre os países do centro, exportadores de bens com alto valor agregado e os países periféricos, exportadores de commodities e bens de consumo de baixo valor agregado. A proposta cepalina para a superação da questão

era a substituição das importações por meio da industrialização e diversificação dos mercados externos. Este processo guiado pelos investimentos estatais e centrado no pensamento cepalino vigorou entre as décadas de 1940 e início de 1960 (SOUZA, 2011).

Enquanto a indústria brasileira foi, em segmentos intensivos em tecnologia, historicamente construída a partir de empresas multinacionais, o desenvolvimento industrial sul-coreano foi estabelecido com base no fortalecimento de grandes conglomerados nacionais, sendo a participação do investimento direto estrangeiro (IDE) fortemente restringida até os anos 1990. A partir desta década, quando a Coreia já possuía grandes empresas internacionalmente competitivas, o IDE começa a ser liberalizado de forma mais significativa (ZUCOLOTO; CASSIOLATO, 2014, p.7).

Com o início dos anos 60, o Brasil passa por um golpe político e os militares assumem o poder, modificando em alguma medida a estratégia de desenvolvimento, quando passam a priorizar investimentos em infraestrutura e energia. Do mesmo modo, o estado-empresendedorismo se mantém. Os anos que seguem a segunda metade da década de 70, devido a desequilíbrios internos e problemas com a oferta doméstica, encaminham o país para a pior crise inflacionária do século XX (CARNEIRO; MODIANO, 1992). A preocupação com crescimento econômico dá lugar a urgência da estabilidade econômica. A década de 1990 é espelho dessa preocupação, tendo apresentado resultados de crescimento similares ao da década anterior, considerada “década perdida”. (CARNEIRO; MODIANO, 1992)

Em comum, os modelos de industrialização sul-coreano e brasileiro compartilharam o modelo de industrialização periférica, em que a produção na periferia é voltada para a metrópole. No entanto, o mercado consumidor sul-coreano tem se consolidado e passa a consumir boa parte dos produtos industrializados de alto valor agregado, como celulares e computadores. Já o Brasil parece não ter conseguido superar tal estigma, já que apesar de um mercado consumidor relativamente desenvolvido e ter bases industriais de produtos de valor agregado, importa suas tecnologias dos países desenvolvedores, para onde escoam as divisas.

A expansão do modelo capitalista pressupõe, desde as formulações de Adam Smith, alargamento de mercado (SOUZA, 2011). Por meio do transbordamento comercial, financeiro e produtivo para além das fronteiras nacionais, os processos de desenvolvimento tardio são produto dessa premissa e refletem as desigualdades necessárias para a manutenção do modelo.

Giovanni Arrighi (1997) problematiza a economia mundial, à medida que alguns países devem permanecer na posição intermediária entre “centro” e “periferia”, criando uma semiperiferia. O Brasil permanece semiperiferia do sistema internacional, alternando períodos de pequenos avanços e retrações, também chamado país “em desenvolvimento”.

Todos os Estados incluem, dentro de suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como semiperiféricas. Alguns (países do núcleo orgânico) incluem predominantemente atividades do núcleo orgânico, e alguns (países periféricos) incluem atividades predominantemente periféricas. Consequentemente, os primeiros tendem a ser o lócus de acumulação e poder mundiais, e os segundos, o lócus da exploração e da impotência (ARRIGHI, 1997, p.140).

Os Estados participam, para Arrighi (1997), de um “jogo de soma zero”, no qual a melhora da combinação das atividades de seu “centro” (núcleo orgânico) e periferia, obrigatoriamente implica no rebaixamento das combinações de outros Estados. Para Arrighi (1997), restringindo ou aumentando a liberdade de assumir ou iniciar atividades econômicas específicas, os Estados podem melhorar algumas atividades para fazer com que estas atinjam status de núcleo e rebaixar outras ao status de periferia. Desta forma, o poder de um Estado determinar as relações entre o centro-periferia limita-se de acordo com a capacidade de os outros Estados fazerem o mesmo, o que é determinado pelas inovações tecnológicas que exercem pressões competitivas.

Para Amsdem (2001), as melhorias nos processos tecnológicos levam a uma diminuição dos preços e, portanto, maior competitividade no cenário internacional. Essas melhorias incrementam a produtividade e se fazem fundamentais para a ascensão de países periféricos. O caso sul-coreano é exemplo de como o investimento técnico-científico é capaz de superar a dependência histórica por meio de estratégias e formulações inclusive diplomáticas, com acordos de transferência de tecnologia entre outros. O que a autora evidencia é que os processos ocorrem de maneira diferenciada entre os países à medida que encontram cenários institucionais distintos:

O processo tardio de industrialização dos países da Ásia, América Latina e Oriente Médio, e subseqüentes trajetórias de crescimento, devem ser compreendidas como resultado da formação das experiências industriais específicas com a produção de bens de consumo (como seda, têxtil de algodão, produtos alimentícios), bem como na construção histórica de um ambiente institucional para a industrialização no período anterior

à II Guerra . Esse processo não ocorreu de maneira automática. Os países que não tiveram essas experiências e, portanto, não desenvolveram as competências e o aprendizado necessário para avançar no processo de industrialização, permaneceram com níveis baixos de crescimento da renda, seguindo trajetórias de relativo atraso no desenvolvimento. Nesse sentido, aqueles países que não tiveram experiências manufatureiras ao longo do tempo tendem a ficar para trás no processo de desenvolvimento econômico (AMSDEN, 2001, p. 1).

A fim de cumprir o objetivo de pesquisa, o presente estudo se divide em cinco capítulos: Este, introdutório, em que se é possível enxergar o panorama geral da análise proposta. A seguir um capítulo exploratório sobre as bases teóricas em que este estudo se fundamenta e seus principais contribuintes, assim como a apresentação dos marcos temporais utilizados para seccionar a análise.

Nos capítulos seguintes, o terceiro e o quarto, serão explorados os históricos brasileiro e sul coreano no que se refere a seu desenvolvimento sócio econômico, as principais estratégias de seus dirigentes e, principalmente, o contexto em estavam imersos. Um capítulo conclusivo retoma os principais elementos estruturais em cada caso, bem como contextuais a fim de encontrar a resposta à pergunta de pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

A preocupação com o tema da superação da pobreza surge antes mesmo do campo de estudo sobre desenvolvimento econômico. Os economistas clássicos já a demonstravam. No entanto, somente a partir do século XX as escolas do pensamento econômico passaram a se dedicar com afinco ao tema do desenvolvimento e a identificar os atributos responsáveis por ele, assim como os índices capazes de representá-lo (SOUZA, 2011).

Os estudiosos de desenvolvimento buscam as respostas para que os países subdesenvolvidos e também aqueles em que se encontram em um nível intermediário de desenvolvimento, trilhem os caminhos já trilhados por aqueles países considerados desenvolvidos e conquistem melhores condições econômicas e sociais (SOUZA, 2011).

Como pressuposto, será considerado que a economia mundial se trata de um sistema de países distribuídos entre as seguintes estruturas: um núcleo orgânico, uma periferia e uma camada intermediária, ou semiperiferia (ARRIGHI, 1997). Estudar a superação dos países nas camadas externas envolve conhecer de que maneira as trocas entre as três estruturas se estabelecem e a permeabilidade das membranas que as separam.

Ainda, a fim de sistematizar a análise, os projetos de desenvolvimento sul-coreano e brasileiro serão submetidos à separação histórica apresentada por Amsden (2007). Essa seção divide em dois o Império Norte Americano, sendo o primeiro entre 1950 e 1980, e o segundo após 1980. A atuação dos Estados Unidos, como o principal componente do núcleo orgânico do sistema-mundo, é fundamental para que se estabeleça a análise dos dois casos. A partir do arranjo proposto por Amsden (2007) será possível explorar a relevância da principal potência mundial nas distintas histórias de desenvolvimento brasileira e sul-coreana.

2.1 A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E OS NOVOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO

Ao considerar a economia mundial como um sistema de países distribuídos entre as três estruturas - núcleo orgânico, periferia e semiperiferia - cabe analisar a

permeabilidade das membranas que as separam por meio das relações estabelecidas entre elas (ARRIGHI, 1997).

Os Estados são assim distribuídos de acordo com a relação de poder que exercem uns sobre os outros e com seu nível de renda. No núcleo orgânico deste sistema se assentam os países cuja renda estabelece o padrão que os demais países da economia mundial pretendem atingir. Ao centro e à periferia são atribuídas atividades econômicas características de cada categoria, e, é comum, encontrar nos Estados classificados como semiperiferia um mix dessas atividades (ARRIGHI, 1997).

Giovanni Arrighi (1997) se refere a um “beco sem saída da troca desigual” em que estariam confinados os países semiperiféricos. O conceito de semiperiferia em suas palavras:

Quando falamos de "semiperiferia", nos referimos a uma posição intermediária na estrutura núcleo orgânico-periferia da economia capitalista mundial. A maioria dos estudos supõe que essa estrutura núcleo orgânico-periferia consiste de redes de "troca desigual", através das quais alguns Estados (frequentemente identificados como "industriais" ou "industrializados") se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão internacional do trabalho, ao passo que a maioria dos outros Estados colhe apenas os benefícios que são necessários para conservá-los na relação de troca desigual (ARRIGHI, 1997).

Há que se questionar se existe de fato a possibilidade de que os retardatários no processo de desenvolvimento alcancem posições similares àquelas dos países centrais, pioneiros no desenvolvimento. Para Arrighi (1997, p. 177), “Uma das características mais notáveis da economia mundial é a existência de um número significativo de Estados que parecem estar permanentemente estacionados numa posição intermediária entre a ‘maturidade’ e o ‘atraso’, como diriam os teóricos da modernização, ou entre o ‘centro’ e a ‘periferia’, como diriam os teóricos da dependência”.

Ao longo do século XX, os países da camada intermediária experimentaram transformações sociais e econômicas de longo alcance. Contudo, é sabido que eles não conseguiram alcançar o seletivo grupo de Estados que, em algum momento, estabeleceram os padrões de status e renda do sistema mundial (ARRIGHI, 1997, p. 138).

“Os Estados semiperiféricos, ao mesmo tempo que conseguem resistir à periferização, não têm poder suficiente para superá-la completamente e serem incluídos na estratificação superior” (ARRIGHI, 1997, p.140). Essa colocação é verdadeira quando considerados grupos de Estados, que permanecem mais ou menos constantes ao longo da história, mas não abarca casos específicos de países que alteram sua posição na economia mundial. Considera-se, então, possível que haja mobilidade entre as três camadas. Wallerstein (2002, p.61) afirma: “Essas mudanças serão registradas por Estados individualmente, como “desenvolvimento” ou “regressão”.

A Coreia do Sul, portanto, como Estado individualmente selecionado do grupo intermediário, conquistou reconhecidamente, ao longo do período que se estendeu após a segunda metade do século passado, a superação do status de país semiperiférico. Hoje, a república se enquadra entre os países com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (MASIERO, 2000).

Cabe então, qualificar os projetos de desenvolvimento brasileiro e coreano, comparativamente, a fim de entender os motivos pelos quais houve superação da classificação intermediária no segundo e não no primeiro, já que ambos os países se encontravam em situações muito similares na primeira metade do século passado. Para tanto, serão avaliados os resultados de suas empreitadas, segundo os índices de crescimento econômico e os principais fatores contribuintes para tal em cada circunstância ao longo do período utilizado como recorte para este estudo.

Outros índices, como IDH¹ e nível de industrialização servirão apenas de suporte, mas não se terão papel determinante para a conclusão deste esforço. O primeiro porque não se pode encontrá-lo em todo o período a ser analisado, já que passou a ser mensurado apenas a partir de 1990.

Já a industrialização como fenômeno desencadeador de desenvolvimento é um conceito tomado como premissa por diversas escolas da teoria do desenvolvimento — mesmo aquelas que concorrem entre si a respeito dos motivos e meios pelos quais alguns países se industrializam e outros não, ou se desindustrializam, a exemplo da escola da dependência e da modernização (ARRIGHI, 1997).

¹ Índice de Desenvolvimento Humano - Índice que avalia o desenvolvimento sob a perspectiva da vida humana divulgado anualmente pela Organização das Nações Unidas desde 1990. (UN Website)

Tal suposição é, no entanto, questionável, dado que os países centrais, ou do núcleo orgânico, estão passando pelo processo de desindustrialização, enquanto os países considerados em desenvolvimento, ou da semi-periferia, estão a industrializar-se. A industrialização, por si só, é cada vez menos sinal da condição periférica ou central, e o poder econômico se move em direção a quem detém é o comando sobre a cadeia produtiva (concepção, pesquisa, desenvolvimento, organização). A isso, Suzan Strange (1996) caracteriza como uma forma de manifestação de poder contemporânea. Segundo a autora, o poder estrutural está dividido entre as capacidades de: 1) oferecer segurança, ou ameaçar; 2) controlar o acesso ao conhecimento e à informação; 3) oferecer ou negar crédito; e 4) decidir ou controlar o modo como se produz bens e serviços.

Renda, poder e bem-estar concentram-se nos países de centro de modo a agravar o distanciamento entre os dois grupos. Se acaso os países a se industrializar estivessem de fato a se desenvolver, este agravamento não aconteceria, mas sim o processo inverso, se aproximariam dos países do núcleo orgânico em termos de renda, bem-estar e poder. A industrialização é apenas uma etapa para a conquista do desenvolvimento, portanto isoladamente não pode servir como base para esta avaliação (ARRIGHI, 1997, p. 208).

Estruturalmente, o núcleo orgânico do Sistema é caracterizado por mercados remunerados, infraestruturas e serviços eficientes em um clima político favorável à empresa capitalista. Os custos altos não são um obstáculo, mas um incentivo ao fluxo contínuo de inovações que é necessário para reproduzir o status de zona do núcleo orgânico. Em contraste, no ambiente típico da zona periférica, caracterizado por mercados fragmentados e descontínuos, infraestrutura e serviços ineficientes e um clima político frequentemente desfavorável à capacidade empresarial capitalista, os custos altos são incapazes de sustentar as inovações, enquanto que os custos baixos simplesmente oferecem um incentivo para organizar as atividades periféricas (ARRIGHI, 1997, p. 156).

Deste modo, como o nível industrial dos dois países objeto deste estudo não será tomado como determinante para identificar os motivos pelos quais houve mudança de posicionamento no sistema econômico mundial, a diversidade de suas economias sim, buscando entender a distribuição de atividades econômicas características de centro ou periferia no Brasil e na Coreia do Sul.

Deve-se desvelar, então, as atividades predominantemente relacionadas aos Estados do núcleo orgânico, ou centrais, e periféricos. Isso desde a produção material, circulação de mercado e altas finanças.

Ainda, para fundamentar esta análise, é importante conceber o sistema econômico mundial a partir das mudanças significativas por que passou no último século, em que as forças estatais e suas relações de poder abrem espaço para a expressão de diferentes atores não estatais. A capacidade de influenciar determinados resultados deixa de ser exercida exclusivamente pelos Estados, mas também por forças do mercado (STRANGE, 1996).

Deste modo, se faz fundamental compreender os processos de desenvolvimento de Brasil e Coreia também no contexto do sistema interempresas e de que maneira seus projetos políticos colaboraram para gerar influenciadores importantes do jogo de mercado e, por conseguinte, de poder.

Uma boa parte deste estudo será, portanto, traduzir a análise dos esforços estatais e arranjos interestatais galgados por Brasil e Coreia nas experiências de suas empresas nacionais. E também de que maneira, durante o período analisado, se estabeleceu o elo Estado-corporações em cada caso.

2.2 A ATUAÇÃO NORTE-AMERICANA

Como levantado no subcapítulo anterior, não há como trazer à tona a questão do desenvolvimento sem lembrar aqueles países que “ditam as regras do jogo” no sistema econômico mundial, sem os quais não haveria padrão de renda a ser atingido. Focaremos no principal empreendedor de mudanças no mundo inteiro e principal potência: os Estados Unidos da América. Por sua presença global ao longo de todo o século em análise, se fará necessário entender de que maneira sua atuação se deu em um e outro caso deste estudo.

Para conhecer o contextualmente a atuação norte-americana, a autora Alice Amsden (2007) propõe uma visão seccionada do período que se seguiu após a II Guerra mundial. Essa secção divide em dois o Império Norte-americano: o primeiro entre 1950 e 1980, o segundo após 1980. Tal divisão da atuação norte-americana no mundo é fundamental para que se estabeleça a análise. A partir da elucidação de

Amsden (2007) será possível explorar o comportamento de Brasil e Coreia nos dois períodos e a relevância da principal potência mundial em suas distintas histórias de desenvolvimento.

Os primeiros trinta anos são o que a autora chama “Primeiro Império Americano”:

Sob o Primeiro Império Americano, de 1950 a 1980, o mundo aproveitou uma Era Dourada na economia. Crescimento em países em desenvolvimento, seja na África ou no Oriente Médio, ascenderam. Nada comparável havia acontecido antes, nem houve nada comparável desde então (AMSDEN, 2007, p. 1)².

Neste contexto de era dourada, será importante conhecer a natureza e resultados do projeto desenvolvimentista que sustentou - entre os anos 1950 e 1980 - a possibilidade de reduzir o espaço entre o nível de renda do núcleo orgânico capitalista e o resto do mundo, com base em políticas de modernização e industrialização nacionais induzidas e apoiadas pela política externa norte-americana e legitimadas pela ilusão de que o pequeno grupo de nações que estabelece o padrão de renda da economia mundial é um clube aberto (ARRIGHI, 1997).

Do mesmo modo, cabe avaliar as posturas e contexto dos dois países frente ao que Amsden (2007), apresenta como o “Segundo Império Norte-Americano”.

O Segundo Império Norte-Americano começa em 1980, com as eleições de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Logo uma crise da dívida convulsionou os países pobres, e por pelo menos 25 seguintes as soluções ortodoxas do Segundo Império Norte-Americano falharam em revertê-lo. (...) Dentro dos círculos influentes, o debate quase cessou, e a dimensão intelectual do desenvolvimento silenciou-se. Apenas a impressionante Ásia continuou a se mover consistentemente em direção à fronteira tecnológica do mundo (AMSDEN, 2007, p. 2)³.

Este é o período em especial em que as histórias econômicas de Brasil e Coreia do Sul tomam rumos opostos. Como Amsden aponta no parágrafo acima transcrito, uma das grandes chaves para entender este afastamento habita na questão tecnológica.

² Tradução nossa

³ Tradução nossa

2.3 A QUESTÃO TECNOLÓGICA

Para compreender a questão tecnológica dentro dos processos de desenvolvimento, há que se considerar a diferenciação entre os ativos baseados no conhecimento e os ativos baseados em bens primários. Ela se dá pelo tipo de mão-de-obra de que carecem: os primeiros são explorados por mão-de-obra especializada, enquanto os segundos por mão-de-obra não especializada. Estes ativos baseados no conhecimento podem ser tanto de natureza tanto administrativa (processos), quanto tecnológica (produtos) e permitem ao seu detentor, indivíduo ou empresa, produzir e distribuir produtos acima dos preços de mercado (AMSDEN, 2009, p. 29).

É possível distinguir três capacidades tecnológicas genéricas que cultivam ativos baseados no conhecimento: capacidade de produção (as habilidades necessárias para transformar insumos em produtos); capacidades de execução de projetos (as habilidades necessárias para aumentar a capacidade); e capacidade de inovação (as habilidades necessárias para projetar produtos inteiramente novos) (AMSDEN, 2009, p. 30).

O processo de desenvolvimento pode ser enxergado como um processo de desenvolver ativos baseados no conhecimento para aumentar a produtividade e melhorar a posição no mercado. Essa abordagem Schumpeteriana de que o produtor que inicia a mudança econômica promovendo “novas combinações” de meios produtivos, que vão definir uma situação ou um processo de desenvolvimento. (SOUZA, 2011)

Frente ao déficit das três habilidades genéricas supracitadas em que se encontravam as empresas nas economias de industrialização tardia, a transferência tecnológica deveria habilitar os países atrasados a cumprir normas de produtividade mundiais (AMSDEN, 2009, p. 105)

A transferência tecnológica sempre foi uma condição necessária para a industrialização tardia, mas quase nunca bastava (AMSDEN, 2009, p. 108). Todo retardatário precisa aprender com um mestre estabelecido. Mas nem todos os aprendizes são iguais (AMSDEN, 2009, p. 136).

Diferentemente dos ativos baseados em bens primários, no entanto, os ativos baseados em conhecimento são difíceis de adquirir, primeiro pela proteção imposta por aqueles que os desenvolvem e, segundo, nos casos de aquisição por transferência, pela imperfeição na propagação do conhecimento e pela necessidade de haver na parte que recebe um nível avançado de habilidades (AMSDEN, 2009, p. 34).

Até 1950, a transferência de tecnologia do Atlântico norte em direção aos países de industrialização tardia ou, segundo Amsden (2009), o “resto” foi absolutamente problemática em decorrência dos fatores acima dispostos, destacando-se, no último, a baixa escolaridade e o descaso pelo ensino nesses países (AMSDEN, 2009).

Para entender o modelo sul-coreano e suas conquistas, deve-se considerar que é um dos países que mais investiu em ciência e tecnologia nos últimos 30 anos, alcançando densidade de cientistas em relação a população total similar a países como França e Inglaterra ainda na década de 1990 (MASIERO, 2000, p. 6).

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos todos países distribuídos entre três camadas no sistema econômico mundial, tem-se um centro, ou núcleo orgânico, uma periferia e uma camada intermediária que carrega características de ambos e sua estrutura. Os países analisados neste esforço, Brasil e Coreia do Sul, se encontravam inicialmente ocupando esta camada intermediária.

O que Arrighi (1997) propõe é que esta camada intermediária se trata, na verdade, de um beco sem saída da troca desigual e que, embora possa haver mobilidade de alguns países para a camada superior ou inferior, dificilmente esta camada será extinta, pela desigualdade necessária para a manutenção do sistema tal como é.

Um dos intuitos deste esforço é, então, entender o que fez com que a Coréia superasse o status de país semiperiférico em muitos níveis, desvelando os reais fatores que levaram ao seu sucesso e estabelecendo um comparativo com o Brasil.

Pelo fato de os dois países apresentarem índices de crescimento econômico muito similares até 1980, período que coincide com o que Amsden (1980) chama de fim do Primeiro Império Americano e por ter sido os EUA grande influenciador dos destinos de Brasil e Coréia do Sul, o recorte temporal deste estudo se divide em dois: de 1950 a 1980 e de 1980 ao início dos anos 2000.

Outro intuito deste esforço é entender de que maneira a questão tecnológica, seja no período de transferência de tecnologia até o desenvolvimento de um parque tecnológico nacional, tiveram influência sobre o bem-sucedido plano de desenvolvimento sul coreano, também em comparação ao caso brasileiro.

3 BRASIL E COREIA DO SUL NA ERA DOURADA DO IMPÉRIO - PRIMEIRO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO

Ao visualizar o desenvolvimento não como um fenômeno isolado, mas como contextual, tanto histórica quanto geograficamente, tem-se um melhor entendimento dos processos que o desencadeiam, como e porque ocorre em determinado tempo e espaço.

No Século XX, o mundo presenciou uma distribuição bipolar de poder, em que EUA e URSS dividiam o posto de grande potência mundial e influenciador de destinos. Para Brasil e Coreia, decisiva foi a proximidade com o primeiro e óbvio afastamento com o segundo.

Entender, portanto, de que maneira o principal país do núcleo orgânico de ideologia capitalista se comportou diante dos casos de Coreia do Sul e Brasil é o primeiro passo para conceber contextualmente seus trajetos.

Será contemplado um breve resumo da política norte-americana em cada caso, no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, estopim da bipolarização do mundo.

Em seguida, passaremos a cada caso, seguindo o recorte histórico proposto no capítulo anterior, entre o período que se estendeu desde 1950 até 1980. Antes, contudo, há um breve retorno aos fatos mais relevantes dos períodos antecedentes em cada país. Isso é feito para que se cumpra o objetivo da contextualização, para mitigar o risco de isolamentos, que comprometem a análise.

Deste modo já será possível traçar algumas diferenças nas trajetórias brasileira e sul-coreana. Mesmo tendo os dois países, em tal período, atingido médias de crescimento econômico muito semelhantes.

Retomando a importância da contextualização, muito do que se observa de diferença nesses primeiros 30 anos, servirá como firmamento dos resultados observados nos anos seguintes, os quais se elucidarão no terceiro capítulo deste esforço.

3.1 A POLÍTICA NORTE AMERICANA PARA BRASIL E COREIA DO SUL APÓS A SEGUNDA GUERRA

Uma das primeiras grandes diferenças entre os trajetos desenvolvimentistas brasileiro e sul-coreano se pauta nos interesses da grande potência norte-americana para cada uma das regiões. De um lado, uma região geopoliticamente estratégica para o combate ao comunismo, de outro, segundo o presidente Eisenhower, eleito em 1953 nos EUA, uma “zona de baixa intensidade” (SARAIVA, 2010).

Era o fim da Segunda Guerra Mundial, as duas grandes potências Estados Unidos e União Soviética davam início ao que ficou conhecida como Guerra Fria e punham em prática suas políticas de contenção: munidos de estratégias econômicas, diplomáticas e militares para ampliar sua zona de influência e propagar o modelo que defendiam (SARAIVA, 2010).

Na União Soviética era implementado o Kominform, uma tentativa de enquadrar os planos comunistas no mundo inteiro nas diretrizes de Moscou. Nos Estados Unidos eram introduzidos a Doutrina Truman e, depois, os Plano Marshall e Plano Colombo (SARAIVA, 2010).

Atenhamo-nos aos planos norte-americanos, principal influenciador dos destinos de Brasil e Coreia do Sul. A doutrina Truman foi apresentada ao congresso norte-americano em 1947 pelo então presidente Harry S. Truman, após a declaração da Grã-Bretanha de que não poderia mais conceder apoio financeiro à Turquia e Grécia. No entendimento do que ficou conhecido como teoria do efeito dominó, a “perda” desses dois Estados poderia levar a uma ascensão comunista na Europa. Truman, na ocasião, declarou “Deve ser a política dos Estados Unidos apoiar povos livres que estão resistindo ao subjugo de minorias armadas ou por pressões externas”. O que começou como um plano de apoio à Grécia e Turquia se estendeu à toda a Europa e também ao Japão, para que se recuperassem econômica e estruturalmente sob a tutela das ideologias estadunidenses (SARAIVA, 2010).

Além do apoio econômico, os Estados Unidos espalharam bases militares por essas regiões. Seria muito difícil entender o posicionamento dos Estados Unidos sem entender a lógica geopolítica sobre que se sustentava sua estratégia. A visão da influência do território sobre as políticas exteriores volta a permear as academias norte-americanas, fornecendo insumos para a tomada de decisão estratégica. Ao

visualizar a proximidade de Ásia e Europa com a Rússia, entende-se a relevância dos planos de contenção para a região do Pacífico, em contraposição ao “garantido” alinhamento da América Latina (COSTA, 2008).

Em cumprimento ao acordado em Yalta⁴, conferência realizada em 1945, os Estados Unidos e a Rússia ocuparam as duas porções da Coreia, o primeiro ao sul e a segunda ao norte, pondo fim à ocupação japonesa na península, que datava de 1910. Isso criou na região duas unidades econômicas distintas e culminou, em 1948, no estabelecimento do Estado da Coreia do Sul, ou República da Coreia. Também na posterior Guerra da Coreia recebeu apoio norte-americano com o aval das Nações Unidas (SARAIVA, 2010).

No mesmo período, a política externa brasileira do governo Dutra promoveu um alinhamento político com os Estados Unidos. Sem que houvesse foco das políticas de contenção para a América Latina, esse alinhamento não frutifica nas recompensas esperadas, frustrando a chancelaria brasileira que não muito podia fazer (DORATIOTO, 2014).

Segundo Amsden (2007), durante a Era Dourada do Império, ou no “Primeiro Império Americano”, aos países em desenvolvimento era permitido seguir seus próprios caminhos de desenvolvimento, desde que ficassem longe da ameaça comunista⁵. Isso se comprova verdadeiro à medida que, mesmo sem que seguisse a receita liberal, a Coreia e outros países contavam com total apoio norte-americano aos seus projetos à época (AMSDEN, 2007).

Dessa discrepância inicial do interesse norte-americano em relação às duas regiões tem-se uma das primeiras pistas dos motivos pelos quais Brasil e Coreia traçaram destinos tão distintos.

3.2 A COREIA DO SUL ENTRE 1950 E 1980

Em 1950, a Coreia do Sul, ou República da Coreia, acabava de deixar para trás as ocupações japonesa e norte americana. Apesar de os coreanos relegarem, pelo nacionalismo, ao período do colonialismo japonês maus sentimentos, vale a

⁴ Acordo de 1945 entre os líderes Aliados que firmou a cooperação militar entre EUA e URSS para a contenção japonesa no pacífico e vitória, assim como já estavam prestes a conquistar na Europa.

⁵ Tradução nossa.

pena revisarmos suas contribuições de longo prazo para o crescimento industrial na região (AMSDEN, 2009, p.192). Amsdem (2009) afirma que “O desenvolvimento industrial da Coreia por essa época, embora nada fenomenal, foi característico do que estava por vir” (p. 192).

Sob jugo japonês, a industrialização avançou na Coreia a partir de 1930⁶, firmando as bases industriais sob grandes grupos comerciais⁷ em conjunto com a pesada direção do governo (AMSDEN, 2009). Mesmo antes do fim da ocupação, surgiam os primeiros grupos coreanos, embora os investimentos japoneses representassem um valor muito maior à economia coreana. “Entre 1922 e 1930 o número de fábricas com mais de 50 empregados aumentou de 89 para 230, entre estes estavam 49 fábricas de propriedade coreana” (AMSDEN, 2009, p. 195).

Os grandes grupos comerciais surgem na Coreia, em parte graças à relativa importância das indústrias pesadas. EM 1939, as grandes fábricas (com mais de 200 trabalhadores) representavam cerca de 1% do número total de fábricas, mas produziam cerca de dois terços da produção por valor. Em segundo lugar, embora os investimentos japoneses fossem de muito maior escala do que os investimentos coreanos, a grande corporação de propriedade coreana também surgiu cedo, tanto na seda (a Usina de Seda Chosen, em 1919) como nos tecidos de algodão. A Corporação Têxtil Kyong-song foi estabelecida com o ideal específico de promover o desenvolvimento nacional, e grandes latifundiários e líderes de negócios coreanos foram inicialmente os proprietários (Amsden, 2009, p.193).

Houve, ainda, a herança da base industrial que passara, da virada do século, do investimento em processamento de alimentos para uma diversificação industrial que tanto ampliou as capacidades nesta modalidade quanto incorporou a indústria de base, do ferro e do aço, mineração, construção naval, fertilizantes e outros. Para tanto, fez-se necessário um investimento em infraestrutura e energia, também cobertos pelo plano japonês e, depois, assumidos pelo governo geral da Coreia (AMSDEN, 2009).

Apesar da confusa ocupação norte-americana (1945 - 1948) e das incertezas decorrentes da ausência de uma política clara para a Coreia, do confronto com a

⁶ Com o relaxamento da Lei das Corporações de 1911, que restringia os investimentos em atividades industriais nas colônias japonesas. Isso aconteceu devido ao aumento da demanda dos mercados asiáticos aos produtos japoneses, já que os países ocidentais, afetados pela Guerra, não podiam mais abastecê-los como outrora.

⁷ Os grupos comerciais japoneses eram chamados *zaibatsus*, enquanto os coreanos são chamados *chaebols* (LEE, 2002, p. 16).

URSS e da polarização política coreana entre esquerda e direita, uma grande contribuição estadunidense para seu futuro foi o apoio à reforma agrária, de 1949 (MASIERO, 2000). Este foi um passo fundamental, somado à experiência japonesa, para a consolidação do que viriam a ser as *Chaebols*⁸. Isso porque propiciou o acesso ao capital às famílias, fundamental ao modelo que se consolidou posteriormente no desenvolvimento industrial do país (AMSDEN, 2009).

Após a emancipação, contudo, em 1948, a Coreia do Sul se encontrava com mais de a metade da população analfabeta, ou pouco escolarizada, e economia predominantemente agrária. Apesar de grande parte das heranças industriais terem cabido à porção norte do país, já que a o parque industrial japonês foi instalado predominantemente na porção norte da península – excluindo um complexo metalúrgico próximo a Seul – à porção sul coube o aprendizado⁹ e o modelo supramencionado, de grandes grupos comerciais e um governo diretivo interventor, bases do modelo de desenvolvimento sul-coreano (MASIERO, 2000).

Em junho de 1950, entre outros fatores, pela discrepância ideológica entre as duas Coreias, a partir do lançamento de um ataque militar norte-coreano, deu-se início à Guerra da Coreia, um dos conflitos internacionais mais tensos da Guerra Fria. A Guerra se estendeu até julho 1953, com a assinatura do armistício que firmou a Zona Desmilitarizada da Coreia (HOBSBAWM, 1995).

Para sua reconstrução e fortalecimento, a Coreia contou com grandes aportes norte-americanos entre 1950 e 1960: foram cerca de 1 bilhão de dólares por ano em apoio econômico – duas vezes a receita interna da Coreia à época (PRESTOWITZ, 2003, p.4). Para além do apoio financeiro, a Coreia contou com o apoio técnico norte-americano, que passou a organizar e treinar o exército sul-coreano, de serviço compulsório para os jovens, recebem treinamento técnico, além do burocrático-militar. Ainda, uma boa parte dos empregados do governos e empresários eram enviados aos EUA neste período para treinamentos e negócios. Herança permanente, já que uma grande parte dos estudantes de nível superior na Coreia tem acesso ao ensino em outros países, número que chega a ser duas vezes maior que o argentino, por exemplo (MASIERO, 2000).

⁸ As *Chaebols* são grupos coreanos compostos por firmas independentes, as quais mantêm relações econômicas entre si e sistemas administrativos comuns aos seus membros (KIM, 2016). Têm por característica o controle familiar.

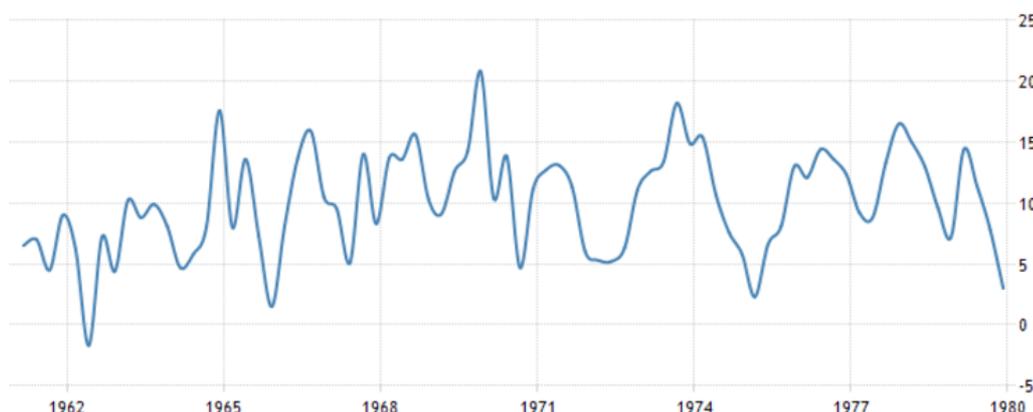
⁹ Já que, apesar do preconceito, muitos coreanos trabalham em funções especializadas e administrativas em indústrias japonesas, ascendendo a funções de confiança (Amsden, 2009).

Syngman Rhee foi novamente eleito presidente após a Guerra, ele havia assumido o primeiro mandato em 1948, como o primeiro presidente da República da Coreia. Rhee ficou conhecido por sua postura autoritária e pela perseguição a seus opositores. Sua principal contribuição foi a instituição do ensino elementar obrigatório, em 1950 a República da Coreia se juntou à UNESCO. Ainda, sob seu governo surgem os primeiros Chaebols. Em 1960 foi derrubado por um levante estudantil, o qual apontava fraude nas eleições presidenciais, as quais supostamente teria ganho com 90% dos votos (PRESTOWITZ, 2003, p.4).

O consistente projeto para o desenvolvimento coreano surge durante o governo do presidente Park Chung Hee (1961-1979), o qual se estabelece sob a tríade do fortalecimento da indústria, acumulação tecnológica e capacitação de capital humano voltando a economia para exportações – em substituição ao modelo anterior de substituição de importações. Park ascendera ao poder por meio de um golpe militar e com planos claros de implementação para um projeto desenvolvimentista (KIM; SORENSEN, 2016).

A partir de então uma estratégia de desenvolvimento voltada para a exportação foi implementada sem porém abandonar a seletividade da importação substituidora de importações, principalmente nos anos 70, quando do desenvolvimento da indústria química e pesada (MASIERO, 2000).

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento Anual do PIB Sul Coreano (1960 - 1980)



Fonte: <https://tradingeconomics.com/south-korea/gdp-growth-annual>

O grande legado de Park foi a implementação dos planos quinquenais de desenvolvimento, que guiaram os passos da industrialização e tecnologia na Coreia. A estreita relação entre Estado e empresas foi consolidada durante este mesmo período. Nos primeiros anos, foram estabelecidas as bases estruturais necessárias para uma indústria forte:

As principais direções políticas visavam assegurar as fontes de fornecimento de energia, corrigir os desequilíbrios estruturais, expandir as indústrias básicas e de infra-estrutura, mobilizar os recursos inativos, melhorar a posição da balança de pagamentos e promover o desenvolvimento de tecnologia. Para alcançar estes objetivos, as principais áreas enfatizadas pelo governo foram as de energia elétrica, fertilizantes, refinarias de petróleo, fibras sintéticas e cimento. Os objetivos do plano visavam acabar com a pobreza no país e sustentar o desenvolvimento econômico (MASIERO, 2000).

O modelo de desenvolvimento sul-coreano orientado para exportações foi não apenas residido no que Rocha (1996) chama o papel da tecnoburocracia, em que o Estado não apenas formula as políticas econômicas e de desenvolvimento, mas implementa e fiscaliza. Trazendo a tona a seguinte reflexão:

Numa perspectiva menos exigente e mais imediata nas suas preocupações, a economia política do desenvolvimento desemboca, necessariamente, na reflexão sobre a administração do desenvolvimento, isto é, a institucionalidade e funcionalidade do Estado capaz de praticar esta política (ROCHA, 1996).

O aparato estatal e o modo como operou na Coreia, apoiando a consolidação das indústrias nacionais e regulando suas operações, foi basilar para a consagração do modelo e seu sucesso. Para toda ajuda governamental eram estabelecidos critérios de performance, geralmente ligados às exportações e criteriosamente observados. Seu cumprimento era premissa para a continuidade ao apoio e o governo coreano tinha plena influência sobre as atividades industriais dos *Chaebols* (MASIERO, 2000).

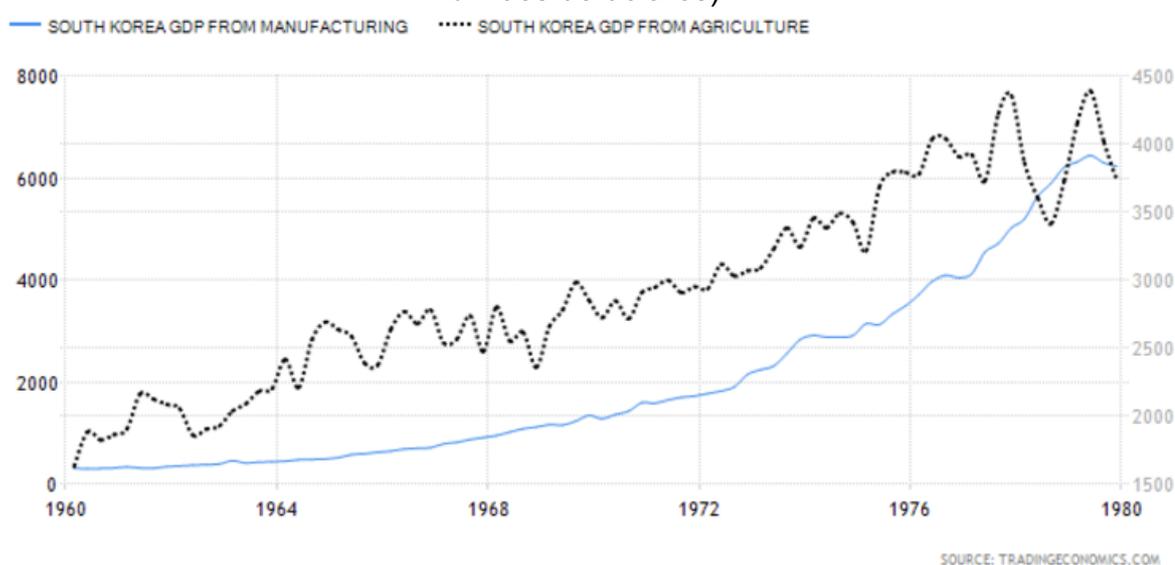
É inegável o legado de Park para o crescimento econômico sul-coreano, no entanto, Masiero (2002) destaca que uma boa parte desses resultados é fruto muito mais dos investimentos disponibilizados pelo governo, que pelo aumento da produtividade das firmas. A alocação de crédito foi, em grande medida, utilizada para nortear o crescimento das fábricas que, por sua vez, utilizavam de influência política para ter acesso aos financiamentos estatais.

A este período também se atribuem a criação das bases do que viria a ser a expoência sul-coreana em Ciência e Tecnologia. Foram instalados os primeiros institutos governamentais de pesquisa (GRIS) e o aparato legal que, ainda hoje, influenciam o ambiente industrial, científico e tecnológico (BARROS, 2002).

Entre 1960 e 1970, apesar da preocupação com educação, ciência e tecnologia, a Coreia ainda não era uma potência geradora de conhecimento e tecnologia, mas importadora desses fatores (BARROS, 2002).

Apesar de não contemplarem com paridade as pequenas e médias empresas em relação aos conglomerados, grande matriz industrial coreana, os planos quinquenais levaram a cabo o principal gap do país e industrializou a Coreia (MASIERO, 2000). O enfoque até os anos 1970 foram as indústrias leves, enquanto que, a partir dos anos 70 desenvolveu-se a indústria química e pesada.

Gráfico 2 PIB Nominal Sul-Coreano proveniente de manufaturas e agricultura (em bilhões de dólares)

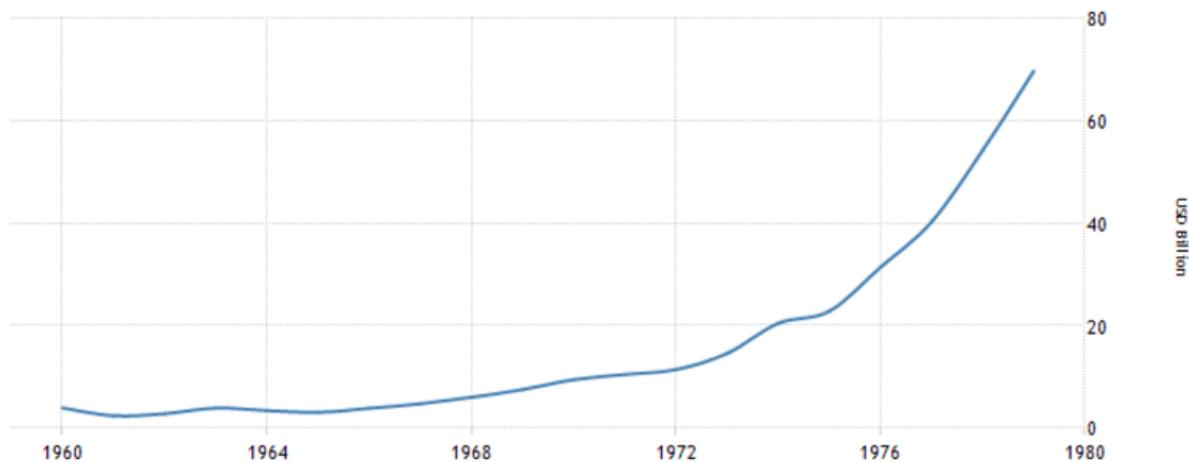


Fonte: <https://tradingeconomics.com/south-korea/gdp-from-manufacturing>

O nível de endividamento das firmas confirma essa importância dada ao crédito, este passou de 1,36 em 1961 para 3,94 em 1971. As taxas de juros eram controladas rigidamente pelo governo, mantidas abaixo dos valores reais, assim como a concessão de crédito. Nada escapava às mãos do estado burocrático sul-coreano. No entanto, é notória a eficiência dos planos quinquenais e também do aparato tecnoburocrata sul-coreano, sem o qual possivelmente não seriam possíveis resultados tão expressivos. (MASIERO, 2000)

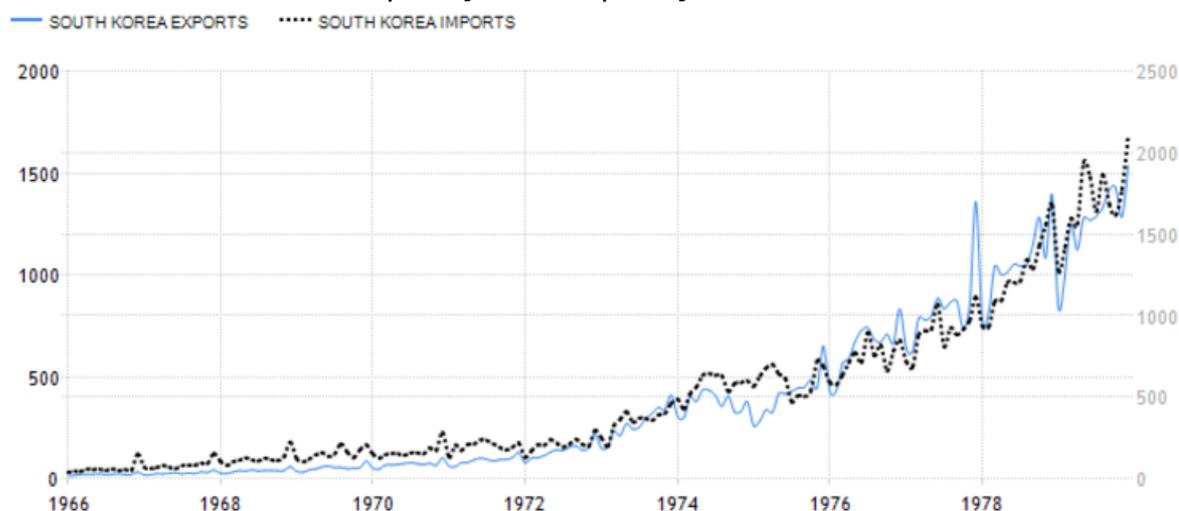
Para além dos fatores internos, a abertura do mercado norte-americano proporcionou uma realidade ímpar à indústria coreana. Condição sem a qual não seriam observados com tanta expressividade os índices de exportação no gráfico 4.

Gráfico 3 PIB Nominal Sul-Coreano entre 1960 e 1979



Fonte: <https://tradingeconomics.com/south-korea/gdp>

Gráfico 4 Importações e Exportações da Coreia do Sul



Fonte: <https://tradingeconomics.com/south-korea/exports>

Do início da década de 1960 até o fim da década de 1970, as exportações apresentaram um crescimento anual significativo, tornando-se prioridade das políticas econômicas do governo Park. O objetivo do governo era apoiar o desenvolvimento, orientando capital para as áreas de maior produtividade. Exemplo do que ocorreu com a indústria de manufaturados leves no início da década de 1960.

3.3 O BRASIL ENTRE 1950 E 1980

O desenvolvimento é a questão que mais atrai atenção dos formadores de política brasileiros, inclusive da política externa. No governo Vargas inaugura-se o paradigma desenvolvimentista, que identifica a industrialização como chave para o desenvolvimento nacional. Este paradigma se apresenta de forma ininterrupta na evolução da política externa brasileira até 1990, com exceção do governo Castelo Branco. Não haveria, aqui, desenvolvimento, no entanto, sem financiamento. O presente sub-capítulo examinará de que forma a política brasileira se pôs a serviço do desenvolvimento em busca de recursos externos.

O Brasil se industrializa ainda durante o império, pela capitalização dos cafeicultores. Ainda que inexpressiva, se instala uma indústria de bens de consumo não duráveis e também bens de capital orientados para a modernização da cafeicultura. Na década de 1930, com a queda da expressividade dos produtos agrícolas e a crise do café a industrialização se torna a via alternativa para o crescimento econômico. Durante o governo Vargas, aliou-se o desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento industrial (BUFFET; REGNIER, 1994).

Essa estrutura particular de poder, aliando habilmente desenvolvimento agrícola e desenvolvimento industrial, determinou, por sua vez, a natureza desse novo tipo de Estado, simultaneamente gerador de classes mais firmemente sedimentadas, mas, ao mesmo tempo, portador de um novo tipo de conflito para o projeto de desenvolvimento futuro (BUFFET; REGNIER, 1994, p. 5).

Essa contradição trouxe posteriores desafios ao projeto de desenvolvimento, mais urbano e industrial-burguês, pelo forte poder dos latifundiários, não se poderia, ali, implementar uma capitalização das famílias, como o que ocorrera na Coreia, em 1949. A única tentativa neste sentido acontece em 1964, com João Goulart, que propõe uma reforma agrária, é reprimida pelo golpe militar de 1964 (BUFFET; REGNIER, 1994). Essa manutenção da estrutura social e fundiária pré-industrial se torna premissa do que foi a industrialização por meio do investimento direto externo.

Enquanto a indústria brasileira foi, em segmentos intensivos em tecnologia, historicamente construída a partir de empresas multinacionais, o desenvolvimento industrial sul-coreano foi estabelecido com base no fortalecimento de grandes conglomerados nacionais, sendo a participação do investimento direto estrangeiro (IDE) fortemente restringida até os anos 1990. A partir desta década, quando a Coreia já possuía grandes

empresas internacionalmente competitivas, o IDE começa a ser liberalizado de forma mais significativa (ZUCOLOTO, 2012, p.7).

O perfil comercial adotado pelo Brasil antes do início da guerra, em que a participação alemã aumentara, sem diminuir a importância do comércio com os Estados Unidos, somada à neutralidade adotada no início do conflito trouzeram à tona o conceito de equidistância pragmática (MOURA, 2012).

O Brasil, então presidido por Vargas, instrumentaliza essa equidistância para obter concessões dos Estados Unidos.

Tinha início uma nova fase no relacionamento bilateral, impulsionada pelo fornecimento de munições e armamentos, pela oferta de investimentos e por outras formas de cooperação, tendo como contrapartida a venda de material estratégico, como minérios e borracha (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014).

A suposição de que a participação brasileira no esforço de guerra norte-americano e até mesmo no cenário de guerra (único país sul-americano a enviar tropas) renderia ao país uma relação especial com o hegemom capitalista logo provaria-se infrutífera (HIRST, 2009).

Os dirigentes brasileiros em Dutra (1946 - 1951) acreditaram na continuidade do apoio norte-americano, o que incluiria a possibilidade de obtenção de recursos para obras de infraestrutura, o treinamento militar e o reaparelhamento das forças armadas brasileiras. A política externa brasileira do período é definida como a de “alinhamento sem recompensa” (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014).

Com efeito, Washington não pretendia, após a guerra, conservar os mesmos padrões de relacionamento que sustentara a relação EUA-Brasil durante a guerra, conforme exposto no início do presente capítulo.

Em 1948, é criada a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), sob o guarda-chuva da ONU, um movimento a favor do desenvolvimento nos países latino-americanos, encarregado de desenvolver pesquisas sobre a temática (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014). E, em 1950, é estabelecida a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, sucessora da missão Abbink, com resultados vagos e aquém do esperado pelo governo brasileiro.

Os trabalhos da Comissão, que se estenderam até 1953, concluíram sobre a importância de capitais privados externos e de recursos nacionais como bases para

o desenvolvimento. Ao passo que as missões técnicas pouco produziram em termos resultados concretos no sentido de apoio à industrialização brasileira, o Brasil manteve sua posição de proximidade com os EUA. Em relação à guerra da Coreia, por exemplo, reconheceu, em 1949, o governo sul-coreano e aprovou uma resolução, proposta pelos norte-americanos, que responsabilizava a república popular da china pela invasão à Coreia: Era a reafirmação do alinhamento sem recompensa (HIRST, 1990).

Já os trabalhos da Cepal resultam no que viria a ser conhecida como “teoria da dependência”. Esta apontava que a forma como eram estabelecidas as trocas entre os países do centro e periferia, dadas as vantagens comparativas, resultariam numa continuada deterioração dos termos de troca (SOUZA, 2011).

A partir do começo dos anos sessenta o modelo neoclássico de desenvolvimento e industrialização veio a ser fortemente criticado pelas teorias da dependência. Estas põem em cheque tal modelo, julgando-o inadequado aos países em desenvolvimento, porquanto gera uma economia dualista (Furtado, 2005) e mecanismos de dependência nas relações centro-periferia.

A proposta cepalina para a superação da questão era a substituição das importações por meio da industrialização e diversificação dos mercados externos. Este processo guiado pelos investimentos estatais e centrado no pensamento cepalino vigorou entre as décadas de 1940 e início de 1960 e foi levado a cabo, no Brasil, por Vargas (SOUZA, 2011).

Trata-se dum agregado de teorias bastante diversificadas cujo elemento comum reside na rejeição do modelo desenvolvimentista clássico, de vantagens competitivas (Murteira, 1990). E, se é verdade que este modelo acentuou as situações de dependência dos países do sul em relação ao norte industrializado, não é menos verdade que as teorias da dependência não originaram nenhum modelo prático de desenvolvimento.

Vargas (1951 - 1954) herda de Dutra muitos de seus desafios, incluindo a dificuldade na captação de recursos e apoio dos EUA para seu projeto de desenvolvimento. Sem a opção de repetir a estratégia usada à época da Segunda Guerra, apesar da tentativa de reativar um alinhamento negociado com os EUA, Vargas se obrigada a continuar a política adotada durante o governo de seu sucessor, um alinhamento otimista quanto à assistência material norte-americana.

Também resulta infrutífero para seu projeto de desenvolvimento. Vargas enfrentava, ainda, muitos problemas internos e uma oposição severa (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014).

Por meio do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, assinado em 1952, os Estados Unidos garantiram o fornecimento de manganês, urânio e areias monazíticas, consideradas de suma importância para sua indústria bélica. Em troca, o Brasil receberia assistência militar e teria vantagens na aquisição de equipamentos usados. O acordo, sem vínculos com assuntos econômicos, despertou paixões no debate político interno, dividido em nacionalistas e associacionista (“entreguistas”). Para os nacionalistas, o Brasil teria perdido a chance de negociar o apoio norte-americano ao desenvolvimento nacional. A aprovação do acordo no Congresso ocorreu com apoio da UDN, mas as divergências políticas não foram superadas (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014).

A partir de 1953, com a eleição de Dwight Eisenhower, a captação de recursos para a industrialização brasileira torna-se ainda mais difícil, pela resistência do governo republicano em despendar fundos a uma região considerada “de baixa intensidade”. O contexto leva à desativação da comissão mista e, a partir de então, as relações Brasil-EUA limitam-se ao aspecto comercial (HIRST, 1990).

À época do suicídio de Vargas, o Brasil continuava a ser um país essencialmente primário-exportador e, portanto, dependente dos EUA e dos países europeus em termos comerciais e financeiros. Tal situação não se modificou após o governo Vargas. Seu sucessor, Café Filho, adotou uma política de inspiração liberal, tanto no plano interno quanto nas relações internacionais do país, uma política que acabou se revelando como de continuidade em relação ao desenvolvimentismo anterior (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014).

Um dos primeiros desafios do governo Café Filho na área diplomática foi a Conferência dos Ministros das Finanças, realizada no Rio, em 1954. Naquela ocasião, Café Filho, que já indicara um bom relacionamento com os Estados Unidos e a adoção de uma política econômica de cunho liberal ao nomear Eugênio Gudin como Ministro da Fazenda, reivindicou maior cooperação econômica e a criação de um banco de desenvolvimento, mas os EUA continuavam presos à ideia de que os recursos para o desenvolvimento deveriam ser buscados na iniciativa privada. Os EUA continuavam priorizando os temas de segurança, derivados da guerra fria, enquanto o Brasil insistia no do desenvolvimento e na atitude reivindicatória (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014).

O primeiro período do governo JK (1956 - 1961) foi caracterizado pelo

alinhamento aos Estados Unidos, estratégia concebida para extrair financiamento norte-americano. O Brasil acompanhou o posicionamento norte-americano (e europeu ocidental) nos organismos multilaterais, além de encampar a bandeira norte-americana de combate ao comunismo e adotar uma atitude cordial em relação à questão de segurança (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014).

O Brasil divergia dos EUA em alguns pontos, como na questão da abertura do setor petrolífero para a participação de empresas norte-americanas, reivindicação argumentada com bases no liberalismo econômico (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014).

O fundamento da política externa brasileira era a atração de investimentos para o Plano de Metas. Eram 30 metas divididas em 5 setores: alimentação, transporte e energia, indústria de base e educação. O Plano se pautava em um tripé entre capital privado nacional, capital estrangeiro público e capital estatal.

A orientação econômica do país permitia a penetração de capitais estrangeiros. Já em 1956, o Brasil assinou acordos de cooperação comercial e de investimentos com a França, a Áustria e a Itália, com isso pretendendo diminuir a participação de capitais norte-americanos na economia brasileira. A consequência da excessiva concentração de capitais norte-americanos era a extrema dependência econômica e política do Brasil em relação aos Estados Unidos (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014).

O segundo período do governo JK é inaugurado com a iniciativa da Operação Pan-Americana, que manifesta a insatisfação da política norte-americana para a América Latina. JK envia uma carta a Eisenhower que ressaltava a importância de restabelecer a unidade continental. Sem um plano muito claro, suscitava a importância da superação da pobreza e de um esforço coletivo para o desenvolvimento econômico da região. O pleito de JK, no entanto, é mais uma vez frustrado pela resposta norte-americana, que ressaltava a importância da questão “segurança” em detrimento ao pan-americanismo proposto (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014).

Em 1959, a Revolução Cubana traz, por fim, a atenção norte-americana ao “seu quintal”, arriscado à “ameaça comunista”. Era a época do governo Kennedy que lança, em 1961, a Aliança para o Progresso, um programa de assistência ao desenvolvimento latino-americano (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014). Pelo mesmo motivo, os EUA se encarregam de apoiar uma série de levantes militares em toda a América Latina, incluso aí, o militarismo que destituiu o presidente João Goulart no

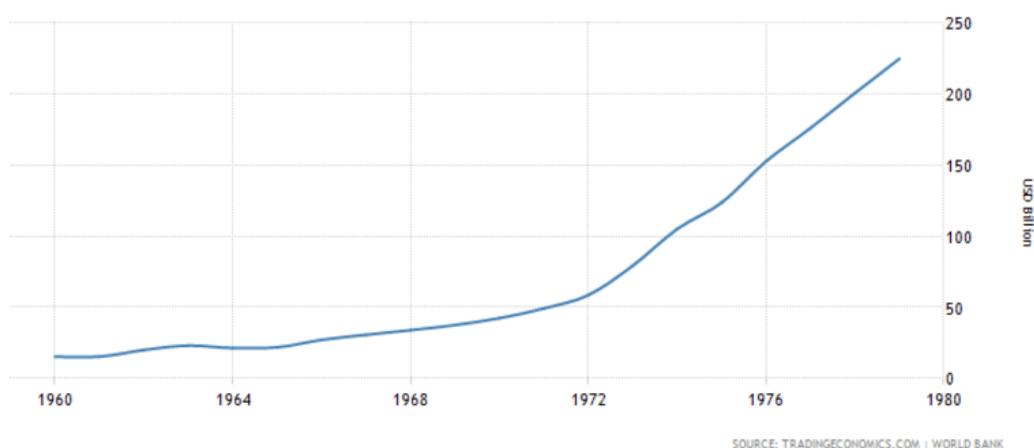
Brasil.

Ao assumirem o poder, com o tão esperado apoio político e econômico dos EUA, em 1964, os militares dão início a um ambicioso projeto de desenvolvimento, apoiado pelos investimentos e, tão esperado, apoio norte-americano. Articulado em torno de uma estrutura complexa de regulação, expansão estatal, tanto legisladora quanto empresarial, um vasto movimento de concentração das empresas. O modelo de modernização da economia visava também consolidar uma sociedade de consumo, segmentada.

Foi confirmado, enfim, por uma articulação astuciosa da economia nacional à mundial, que permitiu, de um lado, integrá-lo às redes internacionais de tecnologia, aos capitais e às finnas multinacionais e, de outro, assegurar um complemento não negligenciável aos mercados econômicos, voluntariamente reduzidos, no plano interno, a uma franja estreita de consumidores solváveis (função de abertura para o Exterior) (BUFFET; REGNIER, 1994, p. 7).

A década de 1970 foi, para o Brasil, às custas do retrocesso civil e político, tempo de milagre econômico. O crescimento econômico nunca presenciado, a ampliação do parque industrial e as essenciais obras de infraestrutura e abastecimento resultaram no que se pode averiguar no gráfico 5.

Gráfico 5 PIB Nominal brasileiro entre 1960 e 1979 (em bilhões de dólares)



Fonte: <https://tradingeconomics.com/brazil/gdp>

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente do que ocorre na Coreia, o Brasil não experimenta, por muitos anos, o foco estratégico norte-americano. O que só vem a acontecer após a revolução cubana, de 1959. Com apoio financeiro dos EUA, o Brasil dá início a investimentos em infraestrutura e aparato institucional, além de concentrar o poder econômico em um pequeno grupo de firmas e privilegiar as empresas estatais.

As heranças oligárquicas latifundiárias não permitem que se instaure, aqui, sistema similar de distribuição de capital e fortalecimento de firmas nacionais como na Coreia. Não houve ainda, como lá, herança de aprendizado produtivo industrial. O investimento, quando não estatal, se dá via Investimento Externo Direto.

Mesmo tendo crescido a taxas muito similares, Brasil e Coreia, logo na “largada” de suas corridas rumo ao desenvolvimento pleno, já se veem percorrendo caminhos distintos e posicionando de maneira muito distinta seus movimentos estratégicos.

4 BRASIL E COREIA DO SUL NO SEGUNDO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO

Com a mesma finalidade do exposto no capítulo anterior, há que se averiguar, de antemão, o contexto em que se inseriram os anseios desenvolvimentistas sul-coreano e brasileiro a partir da década de 1980, para, então, conhecer as estratégias adotadas em cada caso.

No fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, os EUA, confiantes de sua trajetória ao longo dos anos dourados, subestimaram as forças vietnamitas, país referido pelo então presidente Lyndon Johnson como “uma nação de pijamas” e também os países árabes, cooperados na OPEP, para a qual apenas torceram colapsar, enquanto esta se fortalecia em conhecimento (AMSDEN, 2007).

Ao ignorarem os conhecimentos e as trocas de informação produzidas, nos dois casos, os EUA se veem sobrepujados, não podendo muito fazer frente à guerra, senão recuar e frente ao aumento disparado de preços, senão reconhecer a força daqueles países árabes aparentemente fracos por sua desorganização política (AMSDEN, 2007).

Enquanto a Coreia do Sul passava por grandes transformações sociais e políticas, ao passo que continuou a crescer a elevadas taxas, o Brasil amargava a década perdida (anos 1980). A década de 1990 foi, nos dois casos, uma década de crises subsequentes. A crise asiática afeta severamente a economia sul-coreana, assim como no Brasil, a crise mexicana. Contudo o modo como os dois países se desvencilham das dificuldades se difere, em muito, pelos antecedentes de cada caso.

O presente capítulo, se dividirá, portanto, da seguinte maneira: o primeiro subcapítulo será devotado a entender a nova conjuntura global e a inserção norte-americana neste contexto, bem como seu posicionamento. A partir disto, serão apresentados os tropeços, as políticas e resultados sul coreanos rumo ao desenvolvimento e, em seguida, o trajeto brasileiro pós 1980.

4.1 O SEGUNDO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO

O desenvolvimento industrial e a integração dos mercados implicaram no aumento considerável do volume e da diversidade das relações entre os países, fossem eles centrais ou periféricos. O crescente peso e o novo caráter das relações econômicas transnacionais produziram um contexto em que novos atores possuem importante participação no âmbito das relações internacionais, e os Estados, em detrimento, tiveram sua autoridade constringida.

Alguns dos elementos que caracterizam as transformações no cenário internacional, principalmente, a partir do final do século XX são: a multiplicação de acordos e regimes internacionais, que, de certa forma, limitam a soberania dos Estados em prol da construção de bens comuns; o crescimento do número e das áreas de atuação de organizações internacionais; o crescente papel das grandes corporações internacionais, empresas que não necessariamente respondem a critérios nacionais, e que atuam como atores transnacionais e têm poder de influência comparável ou superior ao de alguns Estados; e a globalização econômica, marcada pela intensa mudança estrutural da economia internacional e pelo aumento considerável das trocas e conexões das produções entre diferentes países.

A guerra do Vietnã, a crise do petróleo, a competição japonesa e um Wall Street expansionista trouxe O Segundo Império americano ao poder, com sua fé inabalável na liberdade de mercado (AMSDEN, 2007).

A combinação de substituição de importações e crescimento liderado por exportações efetuou uma mudança fenomenal na natureza do desenvolvimento econômico. À medida que o crescimento guiado pelo aumento das exportações e a substituição das importações desapareceram, surgiram um grupo de países em desenvolvimento com conhecimento que combinava ambos. Seu crescimento foi impressionante; O comércio deles estava tremendo a terra; Os aumentos salariais valerem a pena examinar; E sua formação de habilidades foi impressionante. Mas a realidade mudou mais rapidamente do que a teoria. Quando a crise da dívida acabou, o passado foi desacreditado e convenientemente esquecido por um novo Império americano (AMSDEN, 2007, p. 101).

A falta de conhecimento norte-americano sobre o terceiro mundo em relação às suas “armas” o levou a perecer tanto na Guerra do Vietnã quanto permitiu que se fortalecesse a OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, que uniu os países árabes em torno de uma articulação de informações, em oposição às 7 irmãs, Royal Dutch Shell, Anglo-Persian Oil Company (APOC), Standard Oil of New Jersey (Esso) Standard Oil of New York (Socony), Texaco, Standard Oil of California (Socal) e Gulf Oil, maior conglomerado do ramo no mundo (AMSDEN, 2007). Articulação esta que resultou nas Crises do Petróleo, com o aumento do preço do barril em mais de 4 vezes na década de 1970 e cerca de três no início dos anos 1980.

O final da década de 1970 requereu uma mudança na estratégia que vinham adotando os EUA em relação ao sul global, ou países periféricos. O dilema da segurança, ainda importante, cede espaço também a outras questões, tais como a mobilidade plena do capital produtivo e financeiro e o fortalecimento do complexo militar-industrial (STRANGE, 1996).

Para além dessas razões, aliado aos altos índices de endividamento, emerge a necessidade de segurar os investimentos no desenvolvimento de países do terceiro mundo.

A Federal Reserve cortou a oferta de dinheiro e aumentou as taxas de interesse. Como resultado, as economias de terceiro mundo que uma vez regozijaram nas possibilidades de novos investimentos foram destituídas da noite para o dia (AMSDEN, 2007, p.115).

A nova conjuntura exige frear os modelos implementados com base em princípios de impulso estatal e abrir os mercados daqueles países em que outrora foram beneficiados com relacionamento especial junto aos EUA, como a Coreia e também naqueles como o Brasil, que dependiam das receitas provenientes de auxílio internacional para levarem a cabo seus projetos.

Ao encontro dessa perspectiva nasce o Consenso de Washington, qual seja um conjunto de grandes medidas, formulado em 1989 por economistas de instituições como FMI, Banco Mundial e Departamento de Tesouro norte-americano, pautadas nos princípios ortodoxos, ou liberais, como medidas necessárias ao financiamento de países periféricos (SARAIVA, 2010).

4.2 A COREIA DO SUL A PARTIR DE 1980

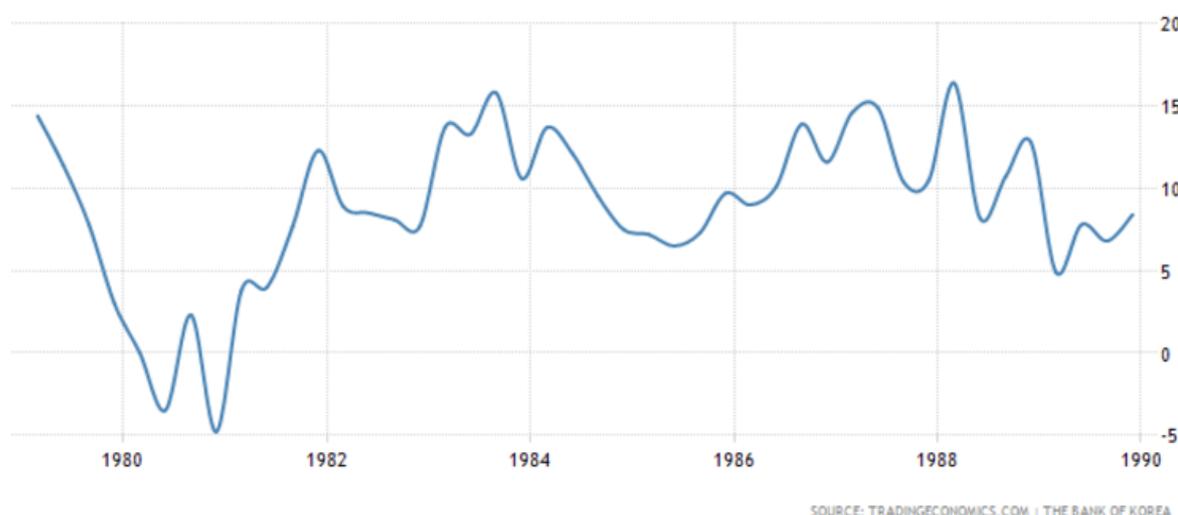
Com a morte de Park, em 1979, assume o governo sul-coreano Choi Kyu-Há. O enfoque de seu governo foi a estabilidade econômica, necessária devido ao desequilíbrio fiscal advindo dos investimentos em Park, e também a igualdade, reivindicada por vários setores da economia, já que a Coreia apresenta uma das jornadas de trabalho mais extensas e os salários ficaram, por muitos anos, defasados para conter a inflação. Neste momento, o crescimento econômico é relegado ao segundo plano (MASIERO, 2000).

O governo de Kyu-Há dura pouco, até 1980, quando por um golpe militar ascende ao poder Chun Doo Hwan. Chun enfrenta manifestações estudantis por mais autonomia e democracia. A resposta do governo é a implementação de uma nova constituição, em 1981, com a criação da 5ª República, a mais democrática até então, mas nada próxima da plenitude democrática. Com isso, Chun tem severas dificuldades em ganhar confiança e apoio político da opinião pública, apesar dos resultados notáveis na economia e diplomacia (MASIERO, 2000).

Em seu governo, um importante financiamento japonês foi conquistado, além do lançamento do plano quinquenal que objetivava a construção de um Estado de bem-estar. À essa época a economia sul-coreana cresceu lentamente, conforme Gráfico 06, enquanto aumentavam o endividamento externo e a inflação.

O governo precisava voltar a devotar enfoque ao aumento das exportações e aceleração do crescimento. Para tanto, foram diminuídas as taxas de importação de insumos fabris, promoção de exportações e diversificação de mercado e aumento dos empréstimos associados à exportação de bens duráveis. Isso além de priorizar a administração da dívida externa e aumentar as reservas domésticas. Neste período as indústrias pesadas cedem espaço às indústrias intensivas em tecnologia, pela nova visão para a produção de conhecimento (MASIERO, 2000, p. 223).

Gráfico 6 - Crescimento do PIB sul-coreano na década de 1980



Fonte: Trading Economics

Nesta década, consolida-se na Coreia a visão de que, para que se cumpram os objetivos de desenvolvimento pautado em ciência e tecnologia, deve-se preocupar com a formação de alto nível de engenheiros e cientistas. É neste período que são lançados grandes projetos nacionais de P&D¹⁰, são construídos laboratórios industriais e passam a promover a pesquisa de tecnologia industrial coreana (BARROS, 2002).

Este momento da política voltada para criar um “sistema de inovação” é chamado, pelos coreanos, de fase da maturidade. Um modelo que se baseia em coordenação governamental, pesquisa e geração de conhecimento, seja ele científico-tecnológico ou de quaisquer outras áreas do conhecimento. Este momento se diferenciado observado nas décadas anteriores por se desvencilhar da importação de conhecimento e passar a sua produção (BARROS, 2002).

Em 1981, apenas 53 centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) estavam instalados dentro das empresas sul-coreanas. Hoje, o total passou dos 12 mil. Na Coreia do Sul, o setor privado emprega aproximadamente 64% dos pesquisadores do país. No Brasil são menos de 10% (ROMERO, 2006).

A valorização da educação é, conhecidamente, um dos mais importantes elementos dentro da história sul-coreana rumo a superação do subdesenvolvimento. Se, em 1960 as taxas de analfabetismo alcançavam 35% na República da Coreia, em 2008, segundo a UNESCO, menos de 2% da população é analfabeta e cerca de

¹⁰ Pesquisa e Desenvolvimento

46% tem ensino superior. Entre a população com idade universitária, em 2015, a taxa de ingressos chega a 93% (UNESCO). Há ainda, o fator educação técnica ou vocacionada, para os estudantes de segundo grau: em 2015, a quantidade de estudantes que optaram por este tipo de ensino foi de quase 18%, mas chegou a mais de 27% em 2007 (UNESCO).

O número de cientistas e engenheiros cresceu, entre 1980 e 1990 mais de cinco vezes: de 18 para 99 mil. É a maior taxa de crescimento do mundo, mais de 14% ao ano, se igualando a países como França e Inglaterra (MASIERO, 2000).

O esforço coreano de alocação de eficiências é notável na importante contribuição do progresso tecnológico para o crescimento econômico. Segundo Kim (1997), de acordo com estimativas de seus colegas do Instituto de Desenvolvimento Coreano, fatores tecnológicos contribuíram significativamente para o crescimento econômico nas três últimas décadas como pode ser visto na Tabela 01.

Tabela 01 - Composição do crescimento do PIB sul-coreano PIB

	1963-72	1972-82	1982-92	1963-92
Taxa de crescimento do PIB	8.22	7.09	9.49	8.26
Trabalho	2.74	2.95	2.18	2.61
Capital	1.14	2.02	1.93	1.71
Méritos de Escala	1.52	1.51	1.81	1.65
Tecnologia	1.89	0.64	0.95	1.14
Outros*	0.94	0.97	1.24	1.07

* Inclui efeitos de melhoria na alocação dos recursos, nível educacional e liberalização de barreiras comerciais.

Fonte: Hong, Sung Duk. Analysis of Factor Contribution do Economic Growth. Korean Development Review, Vol. 16, N.3, Korea Development Institute, 1994.

Fonte: MASIERO, 2000, p. 209

Em 1987, Roh Tae Woo assume a presidência na Coreia Do Sul e estabelece planos com o intuito de regularizar a economia, quando se começa a observar na Coreia o movimento supra exposto no início deste capítulo: uma diminuição do papel do Estado em colaboração com o movimento de liberação do mercado, privatizações, assim como uma diminuição dos privilégios concedidos às Chaebols, com a diminuição do poder destes conglomerados e uma regulação sobre as relações trabalhistas. Os objetivos deste plano eram similares ao anterior, mantendo-se o enfoque em desenvolvimento tecnológico e ciência.

O sétimo plano, de 1992, estabelece o objetivo de promover uma economia eficiente e saudável, segundo a cartilha liberal, inovar a administração e promover

um trabalho correto e ético. Neste período houve uma severa perseguição à corrupção no governo sul-coreano. Dois anos depois, é estabelecida a política *seggyhw*, a qual determinava que todos os setores deveriam se tornar internacionalmente competitivos, fossem sociais, políticos, econômicos ou culturais, tomando como base a identidade nacional (MASIERO, 2002).

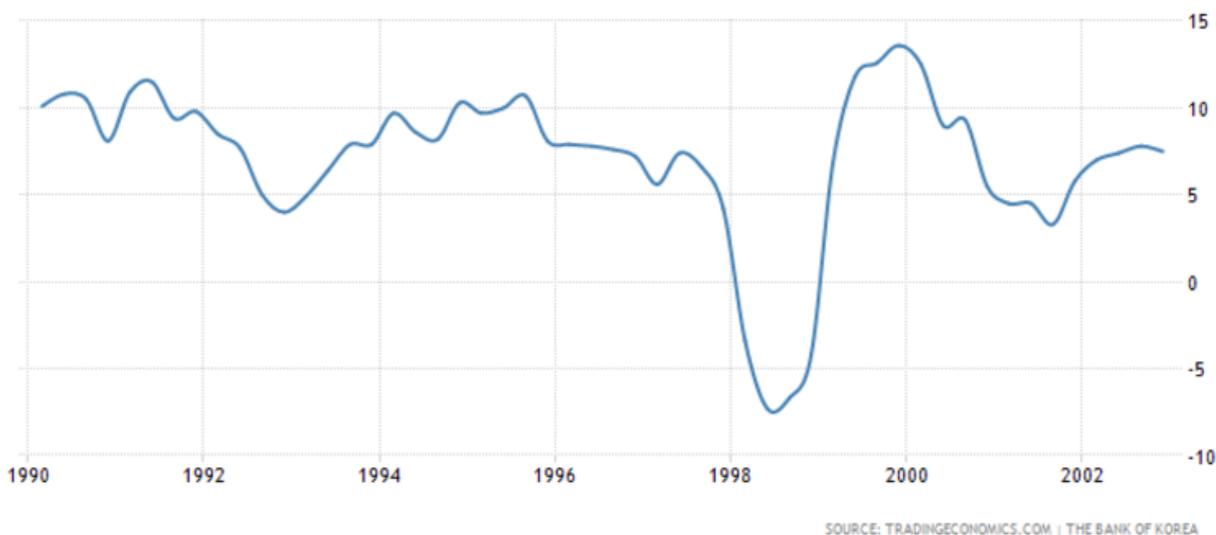
O governo enfatizava a reorganização na educação e promoção de treinamento profissional, expansão da infra-estrutura e eficiência no transporte, administração eficiente, organização industrial e reforços das pequenas e médias empresas, melhorias na estrutura grícola, restabelecimento das funções do governo, expansão da abertura econômica, preparação para unificação e promoção da cooperação norte-sul (MASIERO, 200, p.224)

Essa abertura econômica e o amadurecimento da economia abalaram as instituições organizadas há mais de 4 décadas. Segundo Guimarães (2009, p. 259), o sucesso da Coreia se deveu a um modelo institucional bastante diferente do liberal anglo-saxão e que, evidentemente, ao implementar-se este segundo da maneira como foi feito, acarretaria choque. A crise asiática de 1996 a 1997 abala a estrutura econômica do leste asiático, iniciada na Tailândia e propagada aos demais países por um efeito contágio.

Em um primeiro momento, a liberalização favorece o aumento do investimento, mas a situação deteriorou-se com o relativo aumento do número de “empréstimos podres” aos *chaebols*, cujo endividamento foi apontado como grande vilão da economia sul-coreana, chegando a atingir 13% do PIB em 1998 (GUIMARÃES, 2009).

Como medidas de contenção, o governo de Kim Dae Jung implementa, sob a supervisão do Fundo Monetário Internacional, a reestruturação do setor financeiro, do setor público e do estabelecimento dos conglomerados *chaebols*. Foi ampliada a transparência administrativa e implementados sistemas de contabilidade e auditoria. Após essas negociações, iniciou-se um novo ciclo de expansão econômica, conforme visualização no Gráfico 7, abaixo. Em 2001, por exemplo, o valor das exportações coreanas atingiu 38% do PIB.

Gráfico 7 O Crescimento do PIB sul-coreano entre 1990 e 2002



Fonte: Trading Economics

Para além dos resultados econômicos, a Coreia do Sul se apresenta, hoje, como um dos 20 países de maior IDH, segundo dados de 2015 das Nações Unidas. O país do Leste Asiático se consolida, portanto como um dos países que conseguiu superar a área intermediária do Sistema Internacional, ou semiperiferia. Isso por meio de um planejamento estruturado em planos quinquenais bastante objetivos quanto ao seu propósito de fomento ao desenvolvimento, investimento em educação e posterior dinamismo em inovação tecnológica.

4.3 O BRASIL A PARTIR DE 1980

Com o aumento dos preços do petróleo e das taxas de juros internacionais, no início dos anos 1980, se torna muito mais custoso e prolongado o ajuste da oferta doméstica, iniciado na segunda metade de 1970, quando foram sentidos os primeiros sinais de escassez de financiamento externo. O Brasil passa então a enfrentar dificuldades na renovação dos empréstimos necessários ao modelo então instituído, já que não havia disposição dos credores internacionais em financiar um ajuste sem severos custos internos no curto prazo (CARNEIRO; MODIANO, 1992).

Os efeitos do empreendimento da década anterior passam a ser sentidos. Como o processo de expansão econômica “milagroso” se deu às custas de distorções sócio-econômicas, pauperização relativa de boa parte da população e o arriscado endividamento e ciclo vicioso macroeconômico que viria a desencadear

hiperinflação e estagflação, além do inchamento burocrático, que não era orientado a boas práticas administrativas.

Os anos 1980 chegaram trazendo consigo as feridas expostas do modelo de crescimento sustentado no período anterior. Ainda presidido pelos militares, o governo brasileiro aumentara as arrecadações ao passo que tentou diminuir os gastos, para restabelecer o equilíbrio fiscal necessário após um longo período de endividamento.

Em 1985, quando Sarney assume o poder após a morte de Tancredo Neves, as políticas se voltam ao controle e contenção de preços, diferentemente do que pregava o FMI. O governo, para pagar a dívida externa, recorria ao endividamento interno e alimentava, com isso, a inflação.

O período inflacionário estagnou a economia brasileira, ao se tornar a agenda econômica mais importante, em detrimento de qualquer projeto desenvolvimentista, o qual dependeria, primeiro da estabilização econômica. Três planos econômicos foram implementados com o intuito de restabelecer a inflação a níveis normais, todos resultaram infrutíferos. O equilíbrio monetário só se faz possível a partir da implementação do Plano Real, no início dos anos 1990. (CARNEIRO; MODIANO, 1992).

Com base no Consenso de Washington, o Brasil promoveu, neste período, assim como a Coreia e países em todo o terceiro mundo, uma gradual abertura econômica e privatizações, cujo sentido do resultados geral foi de uma especialização da estrutura produtiva presente na elevação do coeficiente importado (de 5,7% em 1990 para 20,3% em 1998). A contrapartida dessa especialização deveria ter sido uma ampliação do coeficiente exportado capaz de compensar a perda de mercados domésticos, o que, todavia, não ocorreu.

Esse desequilíbrio se agrava com a implementação do plano Real e a valorização cambial de que dependera seu sucesso.

Essa especialização, cujo significado maior foi a perda de densidade produtiva nos setores responsáveis pela reprodução do capital, marca um antagonismo claro com o processo histórico de crescimento da economia brasileira cuja trajetória, até os anos 1980, havia sido a diversificação e a redução da dependência de importações, incluindo setores de meios de produção. Significa também que o crescimento da economia nacional passa a depender mais fortemente das importações, e portanto, da qualidade de sua inserção externa (CARNEIRO; MODIANO, 1992).

Nesse momento, há um regresso para um sistema de relações de intercâmbio do tipo centro-periferia clássico. Já com o restante da periferia, em especial a latino-americana, consolida-se um perfil de relacionamento comercial oposto àquele construído com o centro.

Nos anos 90, houve o desmonte do antigo padrão de crescimento assentado no tripé empresa estatal-empresa multinacional-empresa nacional privada. A nova configuração realça o peso da grande empresa estrangeira.

O investimento em infra-estrutura, que já era baixo no início da década quando comparado às duas décadas anteriores, declinou ainda mais ao longo dos anos 90. O investimento cai sensivelmente em energia elétrica, se mantém em transportes e cresce apenas em telecomunicações. Essas são atividades nas quais a presença do Estado, nas últimas décadas, foi decisiva para aumentar a oferta de serviços.

As elevadas taxas de juros do período inibiam a atração o investimento, agravando a dependência brasileira ao investimento de portfólio, altamente volátil em economias pouco creditadas como a brasileira. A década de 1990 foi marcada, no Brasil, por sucessivas crises, às quais a política econômica brasileira respondeu de forma ortodoxa, impedindo o crescimento brasileiro (FERRARI FILHO, 2002) .

Ao longo dos vinte anos supra expostos, apesar da conquistada estabilização monetária, o Brasil não garantiu um bom desempenho da atividade econômica, tendo os crescimentos anuais do PIB sido muito semelhantes nos dois momentos.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto as instituições brasileiras como as coreanas não estavam preparadas para o cenário que se apresenta a partir da década de 1980, porquanto que seu antigo patrocinador passa a demandar abertura econômica financeira e comercial.

No entanto, apesar de enfrentar a Crise Asiática, decorrente, em boa parte, desse despreparo, a Coreia demonstra uma economia mais dinâmica para suportar a concorrência internacional e consegue, mesmo assim, continuar sua progressão de crescimento econômico e exportações.

Já o Brasil não consolida, no período anterior mecanismos que suportem a abertura comercial, sofrendo, para além da crise da dívida e período inflacionário, com o desequilíbrio na Balança de Pagamentos.

Entre 1930 até 1990 o estado brasileiro adotou, quase de forma ininterrupta, o paradigma desenvolvimentista, em que até mesmo a política externa é instrumentalizada em favor do desenvolvimento. Com o surgimento de questões mais emergentes, o governo brasileiro acaba por negligenciar as bases do que seria um desenvolvimento pautado em geração de conhecimento e tecnologia, essenciais para o dinamismo industrial.

5 CONCLUSÃO

A superação sul-coreana da camada intermediária do Sistema Econômico Mundial se deve tanto ao seu modelo institucional e burocrático quanto ao propício cenário em que foi gestada, no cerne das preocupações geopolíticas norte-americanas à época da Guerra Fria.

A maturidade das instituições coreanas, mesmo quando posta à prova na então Crise Asiática, se revela sólida e, mesmo diferente do modelo anglo-saxão, consagra o comprometimento de mais de 40 anos com o desenvolvimento no país.

Ao longo deste trabalho, torna-se clara a dificuldade em estabelecer um comparativo entre os casos brasileiro e sul-coreano de desenvolvimento tomando como base apenas os modelos apresentados, apesar de sua aparente similar posição inicial. Isso acontece por uma série de motivos que vão além das medidas tomadas em cada caso, pelos governos que se seguiram. São fatores encontrados nos contextos em que se inseriram os países ao longo da história.

Primeiro, a questão territorial, fundamental para que se entenda o comportamento e papel da principal potência envolvida ao longo dos dois trajetos. Enquanto a Coreia se vê imersa no conflito ideológico da Guerra Fria, por sua proximidade com a China e Coreia do Norte, o Brasil é inserido na América Latina de onde, salvo o episódio cubano, a “ameaça comunista” era distante.

Segundo, o antecedente histórico, sem o qual não haveria cultura política, empresarial ou fundamentos para os projetos econômicos, que são, intrinsecamente, sociais. As heranças apontadas ao longo deste esforço, apesar de seletivas, por não compreenderem a milenar tradição oriental preservada na Coreia, demonstram o aprendizado técnico de outras culturas, fundamental para o modelo coreano, como se averigua no subcapítulo 4.2. O Brasil não experimenta heranças neste sentido, seja da experiência colonial ou instrução de outras nações motivada por interesses maiores.

Terceiro, as características estruturais da sociedade começam em patamares muito distintos. O Brasil jamais empreendeu uma reforma agrária como na Coreia, fator de suma relevância para a configuração empresarial que se estabelece até a atualidade. Enquanto durante os anos de amadurecimento das duas economias o

Brasil vivia uma urbanização acelerada e mal planejada, com pauperização massiva, a Coreia contava com uma sociedade com certa isonomia ao acesso de recursos como educação.

Por fim, apesar de parecerem similares, pelo fato de ambos os projetos iniciarem com governos muito fortes, pautados no financiamento externo, as estratégias são completamente diferentes. O modelo de organização sul-coreano, ao longo de toda história acaba por se firmar sobre o princípio da massificação da educação técnica, base para a política industrial e de inovação, ainda almejada e aparentemente distante no Brasil.

O Brasil nunca experimentou condições tão favoráveis para seu desenvolvimento como a Coreia, durante a Guerra Fria, seria muito difícil prever, no entanto, dadas as capacidades de cada país, os resultados caso tivesse experimentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSDEN, A. H. The rise of “the rest”: challenges to the West from late-industrializing economies. Oxford: University, 2001.

_____. Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization. Oxford, Oxford University Press, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. O longo Século XX. São Paulo, Contraponto, 1996.

_____. A ascensão do Leste Asiático e a desarticulação do sistema político mundial. In: Tempo. Rio de Janeiro, vol. 1, núm. 2, 1996, p. 99-131.

_____. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. São Paulo, Contraponto, 1999.

BARROS, Helio G.. Política Científica na Coreia: evolução da máxima tecnologia contida na educação à máxima ciência contida no conhecimento. Coreia: Visões Brasileiras, Brasília, p.59-99, 2002.

BIANCO, Lucien. Asia Contemporânea. Barcelona, Siglo XXI Editores, 1976.

BUFFET, Jacky; REGNIER, Philippe. América: Desafios no contexto da nova ordem econômica internacional: Desenvolvimento econômico, mudança social e desafios da democratização: as experiências do Brasil e da Coreia do Sul. **Indicadores Econômicos Fee**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p.107-122, abr. 1994. Trimestral. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/786/1049>>. Acesso em: 05 maio 2017.

CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. In ABREU, M. P. A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana: 1889-1989. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1992.

CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 352 p.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. História das Relações Internacionais do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014.

FENBY, Jonathan. History of Modern China: the fall and rise of a great Power – 1850/2009. London, Penguin Books, 2009.

FERRARI FILHO, Fernando. Da tríade mobilidade de capital, flexibilidade cambial e metas de inflação à proposição de uma agenda econômica alternativa. Porto Alegre, RS : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2002

FRANK, A.G. ReOrient: global economy in the Asian age. Berkeley, University of California Press, 1998.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Estado e economia na Coreia do Sul – do estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 30, n. 1, p.45-62, mar. 2010. Trimestral.

_____. ESTADO, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO: O MODELO COREANO E A INTERPRETAÇÃO DA CRISE ASIÁTICA. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p.253-269, out. 2009.

HIRST, Monica, Brasil - Estados Unidos: desencontros e afinidades. rio de janeiro, editora fgv: 2009.

HOBBSAWM, E. Guerra fria. In: _____. Era dos extremos. O breve século XX: 1914- 1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. cap. 8, p. 223–252.

KHANNA, Parag. O segundo mundo. São Paulo, Intrínseca, 2009.

KIM, Hyung-a; SORENSEN, Clark W (Ed.). **Reassessing the Park Chung Hee Era, 1961-1979: Development, Political Thought, Democracy, and Cultural Influence**. Washington: University Of Washington Press, 2016. 350 p

MASIERO, G. Negócios com Japão, Coréia do Sul e China. São Paulo, Saraiva, 2007.

MASIERO, Gilmar . A economia coreana: características estruturais. In: Samuel Pinheiro Guimarães. (Org.). Coréia: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2000, v. , p. 199-252. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3629275-A-economia-coreana-caracteristicas-estruturais.html>> Acesso em: 01/08/2016

MASIERO, Gilmar . As Lições da Coréia do Sul. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2002, p. 17-21.

MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil: 1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1945
_____. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das

Letras, 2011.

PRESTOWITZ, Clyde. How Korea got rich. 2003. Disponível em: <http://idic.mx/wp-content/uploads/2014/09/HowKoreaGotRich.pdf> . Acesso em: 04/05/2017.

ROCHA, José Oliveira. **TECNOBUROCRACIA E DESENVOLVIMENTO NA BACIA DO PACÍFICO**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1996. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1566/1/NeD79_JoseOliveiraRocha.pdf>. Acesso em: 04 maio 2017.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 347 p. (Col. Relações Internacionais).

SCIENCE Technology and Innovation in South Korea. UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. Disponível em: <<http://uis.unesco.org/en/country/kr?theme=science-technology-and-innovation>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. São Paulo. Nobel, 1993.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. 5ª ed. São Paulo. Atlas, 2011.

STRANGE, Susan. The Retreat of the State. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Capitalist World-Economy. 12. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

ZUCOLOTO, Graziela Ferrero; CASSIOLATO, José Eduardo. Desenvolvimento tecnológico por empresas estrangeiras no Brasil e na Coreia do Sul*. **Revista de Economia Contemporânea**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.210-240, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/141598481823>.